

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

prazo limite para que sejam (ou devessem ter sido) divulgados ou, se não forem divulgados, da data em que forem realizados;

- (f) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo específico para saneamento de tal obrigação, ou, na inexistência de prazo específico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea XIX abaixo.
 - (g) informações sobre qualquer descumprimento de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo específico para saneamento de tal obrigação, ou, na inexistência de prazo específico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento.
 - (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário.
 - (i) as vias originais das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas, devidamente registradas na junta comercial competente.
 - (j) submeter, na forma da lei, as contas e balanços consolidados da Emissora a exame por quaisquer das seguintes empresas de auditoria independente registradas na CVM: KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ou Ernst & Young Terco (“Auditor Independente”);
- II. disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- III. manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

9

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- IV. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da Cláusula 9.12, item X abaixo mas não o faça;
- V. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VI. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VII. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de proteção patrimonial;
- VIII. somente realizar operações com Partes Relacionadas a taxas e condições de mercado. Para os fins deste item VIII, “Partes Relacionadas” significa: (a) os acionistas ou sócios da Emissora ou suas subsidiárias; (b) todas e quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladoras de, controladas por ou coligadas a qualquer acionista ou sócio da Emissora ou suas subsidiárias; (c) o administrador da Emissora, suas subsidiárias ou suas controladas ou coligadas; (d) o cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias; ou (e) qualquer pessoa jurídica que seja controlada, direta ou indiretamente, por qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias ou seus respectivos cônjuges ou referidos parentes;
- IX. notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- X. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XI. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XII. manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;
- XIII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIV. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão;
- XV. cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- XVI. proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- XVII. não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim;
- XVIII. nos termos da Cláusula 4.1 acima, destinar corretamente os recursos líquidos provenientes da integralização das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.17.2;
- XIX. informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis, a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- XX. utilizar os recursos captados em função da Emissão exclusivamente em atividades lícitas;
- XXI. envidar os melhores esforços para que seus prestadores de serviço habituais adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente e relativas à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo, se possível mediante condição contratual específica;
- XXII. contratar, às suas expensas, a Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, com relação a agência de classificação de risco: (a) mantê-la contratada, até a Data de Vencimento; (b) permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios anuais de atualização com as súmulas das classificações de risco por ela preparadas com relação às Debêntures; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco com relação às Debêntures preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo



Handwritten signatures and a number 9.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

de até 10 (dez) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja, ou seja, impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's Ratings; ou (ii) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta, caso esta não seja uma das agências de classificação de risco indicadas no item (i);

XXIII. comunicar o Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias corridos, sobre eventual autuação pelos órgãos responsáveis pela fiscalização de normas ambientais e trabalhistas no que tange a saúde e segurança ocupacional, trabalho em condições análogas a escravo e a exploração do trabalho infantil, bem como sobre a revogação, cancelamento ou não obtenção de autorizações ou licenças necessárias para o funcionamento da sede Emissora;

XXIV. manter os Debenturistas e o Agente Fiduciário indenizados contra qualquer responsabilidade que estes venham a incorrer por danos ambientais ou autuações de natureza trabalhista ou relativas a saúde e segurança ocupacional originadas pela e/ou contra a Emissora, obrigando-se a Emissora a ressarcir os Debenturistas e o Agente Fiduciário de quaisquer quantias que estes venham a efetivamente desembolsar em função de condenações ou autuações nas quais a autoridade entenda estar relacionada à utilização dos recursos financeiros decorrentes desta Escritura de Emissão;

XXV. informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis de seu conhecimento, detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção (conforme definidas abaixo) que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora e/ou por seus respectivos dirigentes ou



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

administradores;

- XXVI. abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação às disposições contidas nas Leis Anticorrupção, envidando os melhores esforços para que seus eventuais subcontratados e funcionários se comprometam a observar o disposto nas Leis Anticorrupção, devendo, ainda, dar conhecimento pleno das Leis Anticorrupção a todos os seus profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão.
- XXVII. apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- XXVIII. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- XXIX. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- XXX. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- XXXI. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da conclusão da Operação Unidas, assim entendida como o cumprimento de todas as condições suspensivas



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

para sua realização, incluindo, mas não se limitando à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“Fechamento da Operação Unidas”), obter a concessão de fiança da Unidas, em garantia às obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão (“Fiança”) e promover o aditamento da presente Escritura de Emissão formalizando a concessão da referida garantia, incluindo o seu registro, perante os cartórios de títulos e documentos e junta comercial competentes;

XXXII. informar ao Agente Fiduciário o Fechamento da Operação Unidas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua ocorrência.

7.2. As despesas a que se refere a alínea XIII da Cláusula 7.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. emissão de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma do item XIII da Cláusula 7.1 acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

7.4. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora se obriga a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter suas demonstrações financeiras a Auditor Independente;
- III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e relatório do Auditor Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados na alínea III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela B3.

8. CONSTITUIÇÃO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA

- 8.1. Sem prejuízo do disposto no item (1), alínea XX, da Cláusula 6.23, a Emissora obriga-se, a partir do trimestre social encerrado em 30 de junho de 2018, até o vencimento das Debêntures, a manter o Índice Financeiro decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, inferior a 2,80 (dois inteiros e oitenta décimos) (“Limite Financeiro”), o qual será apurado trimestralmente.



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- 8.2. Caberá ao Agente Fiduciário acompanhar trimestralmente, assim que recebidas as informações mencionadas no inciso I, alíneas (a) e (c) da Cláusula 7.1, o cumprimento do Limite Financeiro, sendo o primeiro acompanhamento realizado a partir do ITR relativo ao segundo trimestre de 2018.
- 8.3. Em caso de não observância do Limite Financeiro, o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora para que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da referida notificação, constitua garantia, em favor dos Debenturistas, por meio (i) da cessão fiduciária de valores provenientes de aplicações financeiras de titularidade da Emissora e/ou da Unidas ("Direitos Creditórios de Aplicações") e/ou (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios da Emissora e/ou da Unidas, decorrentes de contratos de locação celebrados com clientes da Emissora e/ou da Unidas ("Direitos Creditórios de Locações"), em qualquer das hipóteses equivalente ao montante mínimo de 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Limite Mínimo de Garantia" e "Cessão Fiduciária"), por meio da celebração do respectivo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, a ser celebrado na forma do Anexo I à presente Escritura de Emissão, seu registro perante os cartórios competentes e consequente aditamento à presente Escritura de Emissão.
- 8.3.1. Na hipótese de constituição da Cessão Fiduciária por meio de cessão Direitos Creditórios de Locações, tais direitos creditórios deverão obedecer os seguintes critérios de elegibilidade (i) serem passíveis de cessão, validamente constituídos e corretamente formalizados, (ii) serem exigíveis de acordo com a lei e os termos dos respectivos contratos, (iii) serem de titularidade plena e exclusiva da Emissora e/ou da Unidas, (iv) estarem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, (v) serem decorrentes de contratos de locação de veículos firmados no curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Unidas, e (vi) não poderão abranger contratos que tenham outros direitos creditórios cedidos, onerados ou gravados em favor de qualquer terceiro.
- 8.3.2. Não serão considerados no cálculo do atendimento do Limite Mínimo de Garantia: (i) recebíveis decorrentes de Direitos Creditórios de Locações que

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

não preencherem os requisitos previstos na Cláusula 8.3.1 acima, bem como que não atenderem os procedimentos e prazos previstos na Cessão Fiduciária; (ii) recebíveis que sejam decorrentes de Direitos Creditórios de Locações que tenham qualquer obrigação de pagamento dos valores de alugueis pelo respectivo cliente inadimplida; e (iii) as parcelas dos Direitos Creditórios de Locações com data de vencimento posterior a 12 (doze) meses contados da Data de Vencimento das Debêntures.

8.4. A Cessão Fiduciária e qualquer produto de sua excussão será compartilhada e beneficiará os titulares de Debêntures da 1ª Série e Debêntures da 2ª Série proporcionalmente ao saldo devedor de cada série.

8.5. A constituição da Cessão Fiduciária nos termos previstos nesta Escritura e de acordo com o Anexo I fica autorizada independente da autorização pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada (“Instrução CVM 583”), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse indicadas no artigo 6º da Instrução CVM 583;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. verificou a legalidade e a ausência de vícios da operação, além de ter agido com diligência para verificar a veracidade, a consistência, a correção e a suficiência das informações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- XII. que, para os fins do §2º do artigo 6º da Instrução CVM 583, exerce, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, a função de agente fiduciário no âmbito das seguintes emissões:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Emissão	8ª emissão de debêntures da Companhia de Locação das Américas
Valor Total da Emissão	R\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais)
Quantidade	22.500 (vinte e duas mil e quinhentas) debêntures
Espécie	Quirografária, sendo as debêntures da 2ª série com garantia adicional real
Garantia	debêntures da 2ª Série possuem cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de veículos
Data de Vencimento	29.10.2020 no caso da 2ª Série (1ª série venceu)
Remuneração	100% da Taxa DI + 1,75% a.a.
Enquadramento	Adimplemento pecuniário

Emissão	2ª Emissão de notas promissórias comerciais da Companhia de Locação das Américas
Valor Total da Emissão	R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais)
Quantidade	236 (duzentos e trinta e seis) notas promissórias
Espécie	N/A
Garantia	N/A
Data de Vencimento	10.12.2021
Remuneração	100% da Taxa DI + 1,40% a.a.
Enquadramento	Adimplemento pecuniário

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso quaisquer das declarações prestadas na Cláusula 9.1 acima se tornem total ou parcialmente

9

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

inverídicas, incompletas ou incorretas.

- 9.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, até a data da integral quitação do saldo devedor das Debêntures, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer por último.
- 9.4. Nas hipóteses de impedimentos, renúncia, intervenção ou liquidação extrajudicial, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo também ser convocada por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo). Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá. Em casos excepcionais, a CVM poderá proceder à convocação da referida assembleia para escolha do novo agente fiduciário ou poderá nomear substituto provisório. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.
- 9.5. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá esse comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.
- 9.6. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 9.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LCCAÇÃO DAS AMÉRICAS

calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

- 9.8. A substituição do Agente Fiduciário deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados do registro de aditamento à Escritura de Emissão nos órgãos competentes.
- 9.9. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 9.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 9.11. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, receberá remuneração anual de R\$8.900,00 (oito mil e novecentos reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias úteis contados da data de celebração da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. A primeira parcela será devida ainda que as Debêntures não sejam integralizadas, a título de estruturação e implantação.
- 9.11.1. A remuneração será devida mesmo após o vencimento da Emissão, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.
- 9.11.2. A parcela indicada na Cláusula 9.11 acima será atualizada anualmente pela variação positiva acumulada do IGPM a partir da data do primeiro pagamento, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis* se necessário.



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

9.11.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.11.4. As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); (v) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); e (vi) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.11.5. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que a Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pela Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração da Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.12. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;

S

9

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- III. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. diligenciar junto a Emissora para que esta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos sejam registrados nos órgãos competentes, adotando, no caso da omissão da Emissora as medidas eventualmente previstas em lei;
- VII. acompanhar a prestação das informações periódicas, alertando os Debenturistas em seu relatório anual, acerca de eventuais inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- VIII. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, caso constituída nos termos desta Escritura, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, e às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.26 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços;
- XV. fiscalizar o cumprimento pela Emissora, das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente em relação às obrigações de fazer e não fazer;
- XVI. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo informações relativas as garantias e as cláusulas contratuais destinadas a proteger os interesses dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências e as providências que pretende tomar a respeito, observado o prazo disposto no artigo 16, II da Instrução CVM 583;
- XVII. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 583, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) cumprimento pela Emissora de suas obrigações de prestação de informações periódicas indicando eventual omissão de que tenha conhecimento;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período que tenham efeitos relevantes para os Debenturistas;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) quantidade de valores Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e saldo cancelado no período;
- (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de valores mobiliários emitidos; (iv) espécie e garantias envolvidas; (v) prazo de vencimento das debêntures e taxa de juros; e (vi) inadimplemento no período;



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- (j) manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias, se aplicável;
 - (k) declaração sobre a inexistência de situações de conflito de interesse que impeçam o Agente Fiduciário de continuar a exercer sua função no âmbito da Emissão.
- XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea anterior até o dia 30 de abril de cada ano, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 583.
- XIX. disponibilizar o saldo devedor das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
- XX. manter disponível em sua página na rede mundial de computadores as informações previstas na alínea “(i)” do item XVII.
- 9.12.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.12.2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração.
- 9.12.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

- 9.13. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 9.14. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da emissão, o Agente Fiduciário deve usar toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, nos termos do Artgo 12 da Instrução CVM 583.

10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 10.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ou pela CVM, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- convocação, e 8 (oito) dias em segunda convocação.
- 10.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 10.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- 10.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.
- 10.6.1. Quaisquer alterações (i) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, e (ii) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).
- 10.6.2. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures da 1ª Série, (ii) na Remuneração da 1ª Série; e (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores devidos às Debêntures da 1ª Série, conforme previstos nesta Escritura de Emissão; deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, referentes à 1ª Série.
- 10.6.3. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures da 2ª Série, (ii) na Remuneração da 2ª Série; e (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE CUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

valores devidos às Debêntures da 2ª Série, conforme previstos nesta Escritura de Emissão; deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, referentes à 2ª Série.

- 10.7. Para os efeitos de fixação de quórum desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação, as Debêntures emitidas pela Emissora, que ainda não tiverem sido canceladas, resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ("Debêntures em Circulação").
- 10.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, que deverá ser convocada formalmente pelo Agente Fiduciário, por meio de notificação à Emissora, nos termos da Cláusula 6.25 desta Escritura de Emissão, exceto nas hipóteses em que a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas for realizada pela própria Emissora.
- 10.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

- 11.1. A Emissora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:
- I. a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
 - II. tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto e obtidas todas as licenças e autorizações necessárias;



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer destes contratos ou documentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- VI. tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- VII. está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- VIII. a Emissora e suas controladas não possuem quaisquer passivos relevantes que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;

S

9

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- IX. suas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 e aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho de 2017 e 30 de setembro de 2017 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- X. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Profissionais nas Debêntures;
- XI. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que, em relação a ambos os itens (a) e (b), possa vir a causar Mudança Adversa Relevante na Emissora.
- XII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIII. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela B3, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFICA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;

- XV. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XVI. seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVII. seus administradores têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XVIII. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;
- XIX. as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
- XX. a Emissora, por si, suas controladas, coligadas e sociedades sob o controle comum, seus sócios ou acionistas controladores e administradores, declara, neste ato, estar ciente dos termos das leis e normativos que dispõe sobre atos lesivos contra a administração pública, em especial as Leis Anticorrupção, e compromete-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação às disposições contidas nestas legislações. A Emissora, declara, ainda que envida os melhores esforços para que seus eventuais subcontratados e funcionários se comprometam a observar o aqui disposto, devendo, ainda, dar

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFICA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão.

XXI. até a presente data, nem a Emissora e nem seus respectivos diretores, membros do conselho de administração, bem como, no seu melhor conhecimento, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em benefício de tais sociedades incorreram nas seguintes hipóteses, tendo ciência de que a sua prática é vedada para a Emissora e seus respectivos representantes: (i) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção, conforme aplicável; (vi) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciar o pagamento de qualquer valor indevido;

XXII. tem conduzido seus negócios em conformidade com a legislação



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

ambiental em vigor, inclusive, mas não limitado à, legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

XXIII. tem conduzido seus negócios em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, zelando sempre para que (a) não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (b) os trabalhadores da Emissora e/ou de suas controladas, direta ou indiretamente, estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (c) sejam cumpridas as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; e (d) seja cumprida a legislação aplicável à saúde e segurança públicas, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e

XXIV. tem conduzido seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como tem instituído e mantido e, ainda, se obriga a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos (conjuntamente denominadas “Obrigações Anticorrupção”) e mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento da legislação anticorrupção.

11.2. A Emissora se obriga a informar o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 2 (dois) dias úteis, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas, inconsistentes, incorretas ou insuficientes.

11.3. A Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos,



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção e/ou inconsistência e/ou insuficiência de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1 acima.

12. RENÚNCIA

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”), e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil.

14. ALTERAÇÕES

14.1. Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as partes.

14.2. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral para deliberar sobre:
(i) a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, (ii) alterações a quaisquer documentos da operação já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) documento(s) da operação, (iii) alterações a quaisquer documentos da operação em razão de exigências



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

formuladas pela CVM, pela B3, (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, ou (v) a celebração do contrato de cessão fiduciária, nos termos da minuta constante no Anexo I desta Escritura de Emissão; desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 15.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 15.3. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.
- 15.4. As partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.

16. FORO

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de janeiro de 2018.


(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).

Handwritten signatures and a number 9.


ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

PÁGINA DE ASSINATURAS 1/3

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Nome: Luís Fernando 
Cargo: Diretor

Nome: Memória Porto
Cargo: Presidente

Nome: Marco Túlio de Carvalho Oliveira 
Cargo: Diretor




ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPECIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS**


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador


9

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

PÁGINA DE ASSINATURAS 3/3

Testemunhas:

Pietro Costa de Moraes
Nome: PIETRO COSTA DE MORAES
RG.: 46.30.332.751
CPF: 034.034.286-10

Glen Carlo M. Moreira
Nome: Glen Carlo M. Moreira
RG: 21.403.292-2
CPF: 271.879.138-16



Handwritten signature and the number 9.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA QUINTA
EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

ANEXO I

São partes neste “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas*” (“Contrato”):

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS, sociedade por ações com registro de capital aberto categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, bairro Limão, CEP 02.546-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 10.215.988/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Locamérica”), [e/ou] **UNIDAS S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto categoria “A” perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cincinnati Braga, 388, Bela Vista, CEP 01333-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.215.988/0001-60 (“Unidas”) (Locamérica e Unidas, de forma individual, ou conjuntamente, “Cedente”);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato por sua filial com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 515, Bloco H, Conjunto 101, Parte, Vila Mariana, CEP 04.011-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08, representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie [com garantia real] [ou] [quirografária, com garantia real adicional] da décima quinta emissão da Cedente (“Debenturistas” e “Agente Fiduciário” respectivamente).

A Cedente e o Agente Fiduciário são doravante denominados, em conjunto, “Partes” e, individualmente, “Parte”.

CONSIDERANDO QUE a Locamérica e o Agente Fiduciário celebraram a “*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Série, da Espécie Quirografária, da Décima Quinta Emissão da Companhia de Locação das Américas*” (“Escritura de Emissão”), que estabelece os termos e condições da décima quinta

emissão de debêntures pela Locamérica, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (“Valor de Emissão”);

CONSIDERANDO QUE, para garantir todas as Obrigações Garantidas (conforme definidas abaixo), na hipótese de descumprimento do Limite Financeiro (conforme definido na Escritura de Emissão), devem ser cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme abaixo definido) e/ou certos Direitos Creditórios de Locações (conforme abaixo definido), de titularidade da Locamérica, ou da Unidas, especificados neste Contrato e que poderão ser identificados de tempos em tempos, os quais deverão ser pagos única e exclusivamente em conta vinculada a ser aberta junto a uma instituição bancária, a ser contratada pela para prestação dos serviços de custódia (“Banco Custodiante” e “Conta Vinculada” respectivamente);

CONSIDERANDO QUE a Cedente é titular de direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da locação de veículos para determinados clientes (“Clientes”) no âmbito de certos contratos com eles celebrados (“Direitos Creditórios de Locações”);

CONSIDERANDO QUE, em [] de [] de [] foi verificado o descumprimento do Limite Financeiro (conforme definido na Escritura de Emissão);

CONSIDERANDO QUE, as Partes celebraram, em [] de [] de [], o aditamento à Escritura de Emissão, para prever a constituição da presente cessão fiduciária, passando as Debêntures a contar com referida garantia.

As Partes têm entre si, certo e ajustado, celebrar o presente Contrato que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Contrato são aqui utilizados com o mesmo significado

atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões “deste Contrato”, “neste Contrato” e “conforme previsto neste Contrato” e palavras similares quando empregadas neste Contrato, a não ser que de outra forma depreendido do contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato, e referências à cláusula, sub-cláusula, item, alínea, adendo e anexo estão relacionadas a este Contrato a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste Contrato terão as definições a eles aqui atribuídas quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

1.2. Em caso de divergências entre as condições aqui previstas e aquelas previstas na Escritura de Emissão, prevalecerão aquelas previstas na Escritura de Emissão, salvo quanto ao disposto nas Cláusulas 2 e 3 deste Contrato, cujos termos e condições prevalecerão sobre os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, em caso de divergências.

2. CESSÃO FIDUCIÁRIA

2.1. Na forma do disposto neste Contrato e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728/65”), dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2012, conforme alterada (“Código Civil”) e das demais legislações aplicáveis, em garantia do integral, fiel, pontual e cabal pagamento, no vencimento ou em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), de todas as obrigações assumidas pela Cedente em relação, às Debêntures da 1ª (primeira) série (“1ª Série” e “Debêntures da 1ª Série”, respectivamente) e às Debêntures da 2ª (segunda) série (“2ª Série” e “Debêntures da 2ª Série”, respectivamente e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “Debêntures”), nos termos da Escritura de Emissão e do presente Contrato, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações e das obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário venha a desembolsar nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução da garantia ora outorgada (“Obrigações Garantidas”), a Cedente, de forma irrevogável e irretratável, cede fiduciariamente em garantia dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a partir desta data e até o pagamento integral das Obrigações Garantidas (“Cessão Fiduciária”):

(a) os Direitos Creditórios de Locações decorrentes dos contratos relativos às locações de veículos listados e descritos no Anexo II ao presente Contrato, incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos Creditórios de Locações, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Cedente com relação aos Direitos Creditórios de Locações; e

(b) os direitos da Cedente com relação à titularidade da Conta Vinculada, que incluirá: (i) o depósito da totalidade da liquidação financeira das parcelas dos Direitos Creditórios de Locações, nos termos deste Contrato ("Direitos Creditórios de Locações Realizados"); e (ii) as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com os recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo todos os juros, atualização monetária, demais produtos, frutos e rendimentos, bem como recursos resultantes dos resgates dos Investimentos Permitidos ("Direitos Creditórios de Aplicações" e, em conjunto com os Direitos Creditórios de Locações Realizados, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"), os quais serão transferidos, ou retidos em garantia, conforme o disposto na Cláusula 2.1.5.

2.1.1. Observado o disposto na Escritura de Emissão e neste Contrato, até a liquidação integral das Debêntures e o cumprimento de todas as demais obrigações pecuniárias assumidas pela Cedente nos termos da Escritura e do presente Contrato, a soma (i) do valor dos recebíveis vincendos decorrentes dos Direitos Creditórios de Locações, existentes e futuros; e (ii) dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; deverá ser igual ou superior ao valor de 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Limite Mínimo de Garantia"), a ser verificado pelo Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 2.1.5, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\frac{\text{CF dos Direitos Creditórios de Locações} + \text{CF dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente}}{\text{Saldo Devedor da Emissão}} \geq 20\%$$

Onde:

CF dos Direitos Creditórios de Locações: será o respectivo valor de face dos Direitos Creditórios de Locações, considerando-se para tal cálculo o saldo a performar e performado (porém não vencido) dos Direitos Creditórios de Locações, observados os

Critérios de Elegibilidade dispostos na Cláusula 2.1.4 abaixo e a Notificação aos Clientes (conforme definida abaixo), verificado sempre com base no montante do último dia útil do mês, imediatamente anterior à Data de Verificação (conforme definida abaixo) cuja Cessão Fiduciária esteja devidamente constituída e registrada em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

CF dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente: será, com relação aos valores depositados na Conta Vinculada, 100% (cem por cento) do somatório dos recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios de Locações Realizados, Direitos Creditórios de Aplicações, inclusive os valores depositados para fins da realização de Complementos de Garantia (conforme abaixo definidos), líquidos de impostos e retenções, verificado sempre com base no saldo do último dia útil do mês imediatamente anterior à Data de Verificação (conforme definida abaixo), e cuja Cessão Fiduciária esteja devidamente constituída e registrada em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

Saldo Devedor da Emissão: saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida na Escritura de Emissão), desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão) ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data de Verificação (conforme definida abaixo) ("Saldo Devedor da Emissão").

2.1.1.1. A Cessão Fiduciária poderá ser composta por quaisquer valores referidos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 2.1.1 acima, sendo que, a qualquer momento e desde que respeitados o Limite Mínimo de Garantia, o valor dos recebíveis vincendos decorrentes dos Direitos Creditórios de Locações (existentes e futuros), poderá ser igual a 0 (zero).

2.1.2. A verificação do Limite Mínimo de Garantia previsto na Cláusula 2.1.1 acima, será feita pelo Agente Fiduciário mensalmente, no 2º (segundo) dia útil de cada mês, ocorrendo a primeira verificação no 2º (segundo) dia útil do primeiro mês subsequente ao registro deste Contrato no Cartório de Títulos e Documentos competentes, ou ainda, a qualquer momento, ou sempre que a Cedente apresentar novos Direitos Creditórios de Locações nos termos da Cláusula 2.1.3 abaixo ("Data de Verificação").

2.1.3. Para os fins de manutenção do Limite Mínimo de Garantia e das demais condições aqui estabelecidas caso a Cedente deseje ceder novos Direitos Creditórios de Locações e/ou substituir um ou mais dos Direitos Creditórios de Locações listado(s) no Anexo II, a Cedente deverá fornecer ao Agente Fiduciário uma relação atualizada dos contratos relativos às locações de veículos e dos respectivos recebíveis, a fim de, observados os requisitos abaixo, incluí-los dentre os Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures e/ou substituir os contratos listados no Anexo II ao presente Contrato. Nessa oportunidade, a Cedente deverá, ainda, celebrar com o Agente Fiduciário o Termo de Complemento de Garantia (observado *vis-à-vis* os procedimentos descritos nas Cláusulas 2.1.6 e 2.1.8), na forma do Anexo IV, a fim de substituir o Anexo II.

2.1.3.1. Sempre que forem incluídos novos contratos no Anexo II, a Cedente deverá apresentar ao Agente Fiduciário (i) declaração de que os contratos encontram-se em vigor e atendem aos Critérios de Elegibilidade aqui previstos, constituindo obrigações válidas, legais, legítimas, existentes, exigíveis, ausentes de vícios e corretamente formalizados, nos termos da Cláusula 2.1.5.1 abaixo; (ii) cópias simples e digitalizadas dos referidos contratos ("Cópias dos Contratos"), apenas para fins de arquivo; (iii) cópia das Notificações dos Clientes (conforme abaixo definidas).

2.1.3.2. Fica desde já acordado que o Agente Fiduciário somente liberará contratos solicitados pela Cedente, e a Cedente somente poderá encaminhar ao Agente Fiduciário a respectiva solicitação de liberação, após devidamente cumpridos os procedimentos referidos na Cláusula 2.1.8 abaixo e desde que o Limite Mínimo de Garantia permaneça atendido, mesmo após a sua liberação.

2.1.4. Além das demais condições previstas neste Contrato, os Direitos Creditórios de Locações a serem cedidos fiduciariamente a qualquer tempo nos termos deste Contrato deverão obedecer os seguintes critérios de elegibilidade (i) serem passíveis de cessão, validamente constituídos e corretamente formalizados, (ii) serem exigíveis de acordo com a lei e os termos dos respectivos contratos, (iii) serem de titularidade plena e exclusiva da Cedente, (iv) estarem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, (iv) serem decorrentes de contratos de locação de veículos firmados no curso normal dos negócios da Cedente, e (v) não poderão abranger contratos que tenham outros direitos creditórios cedidos, onerados ou gravados em favor de qualquer terceiro ("Critérios de Elegibilidade").

2.1.4.1. Não serão considerados no cálculo do atendimento do Limite Mínimo de Garantia: (i) os recebíveis decorrentes de Direitos Creditórios de Locações que não atenderem aos Critérios de Elegibilidade; (ii) recebíveis que sejam decorrentes de Direitos Creditórios de Locações que tenham qualquer obrigação de pagamento dos valores de alugueis pelo respectivo Cliente inadimplida; e (iii) as parcelas dos Direitos Creditórios de Locações com data de vencimento posterior a 12 (doze) meses contados da Data de Vencimento das Debêntures.

2.1.4.2. Para os fins do item “(ii)” da Cláusula 2.1.4.1 acima, a Cedente obriga-se a comunicar ao Agente Fiduciário sobre o inadimplemento de qualquer obrigação de pagamento dos valores dos alugueis pelo respectivo Cliente, devendo tal comunicação ser enviada ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis contados da verificação, pela Cedente, da mora do respectivo Cliente. Caso a obrigação de pagamento seja adimplida pelo Cliente no prazo estipulado nesta Cláusula, a Cedente não precisará realizar qualquer comunicação ao Agente Fiduciário, devendo o respectivo Direito Creditórios de Locações ser normalmente considerado para fins de cômputo do Limite Mínimo de Garantia.

2.1.4.3. Caberá, ainda, à Cedente, para os fins do item “(ii)” da Cláusula 2.1.4.1 acima, comunicar ao Agente Fiduciário o cumprimento, a qualquer tempo, da obrigação inadimplida para que o Agente Fiduciário volte a considerar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados de tal comunicação, o referido Direito Creditório de Locações no cálculo do atendimento do Limite Mínimo de Garantia, desde que o mesmo permaneça descrito no Anexo II, observadas as exigências da Cláusula 2.1.2.

2.1.5. A verificação dos Critérios de Elegibilidade será feita em cada Data de Verificação, obrigando-se a Cedente a fornecer os documentos e informações solicitados pelo Agente Fiduciário para fins de tal verificação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Verificação, em especial aqueles referidos na Cláusula 2.1.5.1 abaixo.

2.1.5.1. Para os fins da verificação do atendimento dos Critérios de Elegibilidade, a análise do Agente Fiduciário será feita tendo somente por base:

(a) declaração, segundo modelo constante do Anexo II deste Contrato, que deverá contemplar as seguintes informações: (i) os contratos identificados no referido anexo encontram-se em vigor e constituem obrigações válidas, legais, legítimas, existentes, exigíveis, (conforme o caso) ausentes de vícios e corretamente formalizadas; (ii) os Direitos Creditórios de Locações decorrentes dos contratos identificados no referido anexo estão cedidos fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, não incidindo sobre os mesmos quaisquer outros ônus ou gravames de qualquer natureza; e (iii) os Direitos Creditórios de Locações decorrentes dos contratos identificados no referido anexo atendem os Critérios de Exigibilidade e não possuem quaisquer parcelas vencidas e não pagas, relativas aos direitos creditórios, cuja inadimplência seja superior a 05 (cinco) dias úteis; e

(b) Cópias dos Contratos, enviadas pela Cedente, apenas para fins de verificação da data de vencimento do crédito;

(c) cópia da Notificação aos Clientes (conforme definida abaixo), enviada pela Cedente; e

(d) a memória de cálculo dos pagamentos realizados por cada Cliente relativa aos Direitos Creditórios de Locações, no âmbito de seus respectivos contratos.

2.1.5.2. Em relação às Cópias dos Contratos, caberá ao Agente Fiduciário verificar se os respectivos contratos (i) encontram-se assinados pelas partes signatárias e (ii) são passíveis de cessão, conforme declaração prevista na 2.1.5.1 (a). Tal verificação estará limitada aos termos constantes dos respectivos contratos, e que não será realizado nenhum tipo de verificação independente acerca da validade dos termos e condições dos referidos contratos, especialmente a respeito dos poderes e das autorizações societárias necessárias à sua celebração.

2.1.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.1.2 acima, caso o Limite Mínimo de Garantia não seja observado em determinada Data de Verificação, o Agente Fiduciário se obriga a notificar a Cedente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da respectiva Data de Verificação, para que a Cedente, a seu exclusivo critério opte por uma, dentre as opções abaixo descritas ("Complementos de Garantia"),

informando ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a opção escolhida:

(a) ceder fiduciariamente Direitos Creditórios de Locações adicionais em valor e em condições suficientes para recompor e manter o Limite Mínimo de Garantia e/ou demais condições aqui exigidas, conforme aplicável; e/ou

(b) realizar depósitos na Conta Vinculada em valor e condições para recompor e manter o Limite Mínimo de Garantia, conforme aplicável; e/ou

(c) propor a outorga de outras garantias em valor e condições satisfatórias para os Debenturistas, a serem aprovadas pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral (“Assembleia Geral de Debenturistas”), conforme indicado na Cláusula 2.1.6.2 abaixo, para recompor e manter o Limite Mínimo de Garantia.

2.1.6.1. Caso os Complementos de Garantia sejam realizados na forma da alínea “(a)” acima, após o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da relação atualizada prevista na Cláusula 2.1.3 acima, a Cedente deverá celebrar com o Agente Fiduciário, no prazo previsto na Cláusula 2.1.8 abaixo, termo de complemento de garantia na forma do **Anexo IV** (“Termo de Complemento de Garantia”), que passará a fazer parte integrante e constituirá aditamento a este Contrato, independentemente de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, observadas, entretanto, as formalidades previstas na Cláusula 2.1.8 abaixo.

2.1.6.2. Para efeito dos Complementos de Garantia, definidos na Cláusula 2.1.6 (c) acima, a Cedente poderá propor a outorga de outras garantias. O Agente Fiduciário deverá convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar a respeito da aceitação de garantias adicionais, bem como dos procedimentos relativos a sua constituição, exclusivamente na hipótese de tais garantias não serem aquelas previstas nas alíneas “(a)” ou “(b)” da Cláusula 2.1.6 acima, sendo que (i) a proposta de novas garantias deverá ser aprovada por titulares de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), e (ii) em toda e qualquer hipótese, os Complementos de Garantia deverão ser perfeitamente constituídos no prazo de até 50 (cinquenta) dias contados da Data de Verificação.

2.1.6.3. Caso a Cedente opte por realizar os Complementos de Garantia nos termos do item “(b)” da Cláusula 2.1.6 acima, a Cedente deverá, no prazo de até 50 (cinquenta) dias contados da Data Verificação, transferir e/ou depositar diretamente na Conta Vinculada recursos suficientes para observância do Limite Mínimo de Garantia.

2.1.7. Não obstante o disposto acima e nos termos do artigo 1.425 do Código Civil, na hipótese de a garantia prestada pela Cedente por força deste Contrato vir a se deteriorar, ser objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornar-se insuficiente, inábil, imprópria ou imprestável ao fim a que se destina, a Cedente se obriga a notificar o Agente Fiduciário a respeito dos eventos anteriormente mencionados no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da ocorrência dos eventos. Nessas hipóteses, a Cedente deverá substituir ou reforçar a garantia deteriorada, de modo a recompô-la integralmente, atender o Limite Mínimo de Garantia e, por conseguinte, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, realizando os Complementos de Garantia, conforme procedimentos e prazos descritos nas Cláusulas 2.1.6 acima e 2.1.8 abaixo, conforme aplicável.

2.1.8. Nos casos previstos nas Cláusulas 2.1.3, 2.1.6 (a) e 2.1.7 acima, conforme aplicável, o Termo de Complemento de Garantia deverá ser celebrado, por todas as Partes, e entregue pela Cedente ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for obtido o referido registro, o qual deverá ser realizado:

(a) em até 50 (cinquenta) dias contados da Data de Verificação, caso a Cedente opte pelo Complemento de Garantia previsto na Cláusula 2.1.6 (b); e

(b) em até 1 (um) dia útil de antecedência da solicitação da Cedente para incluir e/ou substituir contrato(s) por meio de determinado Termo de Complemento de Garantia, conforme Cláusula 2.1.3 acima.

2.1.8.1. A relação mencionada na Cláusula 2.1.3 e o Termo de Complemento de Garantia assinado pela Cedente deverão ser enviados ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis de antecedência do término dos prazos referidos na Cláusula 2.1.8 acima.

2.1.8.2. O Agente Fiduciário deverá, em até 3 (três) dias úteis do recebimento dos documentos referidos na Cláusula 2.1.8.1 acima, verificar se os Direitos Creditórios de Locações a serem cedidos atendem os Critérios de

Elegibilidade e, caso atendam, entregar à Cedente o respectivo Termo de Complemento de Garantia devidamente assinado, para que a Cedente providencie os registros nos prazos referidos na Cláusula 2.1.8 acima.

2.1.8.3. Fica desde já acordado que no caso de inobservância do Limite Mínimo de Garantia a Cedente terá, em qualquer hipótese, a possibilidade de realizar os Complementos de Garantia, nos termos previstos neste Contrato, e somente estará configurado um Evento de Vencimento Antecipado caso, após o decurso dos prazos previstos na Cláusula 2.1.8 acima, não seja celebrado e registrado o respectivo Termo de Complemento de Garantia pela Cedente, conforme aplicável.

2.1.8.4. Não obstante o disposto na Cláusula 2.1.8.3 acima, a inobservância do Limite Mínimo de Garantia pela Cedente não poderá ocorrer em três, ou mais, Datas de Verificação consecutivas, sob pena de se configurar um Evento de Vencimento Antecipado.

2.1.9. Na hipótese de inobservância dos prazos constantes da Cláusula 2.1.8 acima, em decorrência de fatos atribuídos ao Agente Fiduciário, e desde que o Agente Fiduciário tenha sido expressamente notificado, sem que referido descumprimento tenha sido sanado no prazo previsto, a Cedente poderá, na forma da Escritura de Emissão, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas deliberem, em conjunto com a Cedente, os seguintes assuntos:

- (a) substituição do Agente Fiduciário, conforme procedimentos descritos na na Escritura de Emissão;
- (b) fixação de prazo adicional para a devida formalização, pela Cedente, dos Complementos de Garantia; e

2.2. A Cedente obriga-se a entregar ao Agente Fiduciário notificação, substancialmente, nos termos do Anexo I ao presente Contrato, com a ciência e o de acordo dos respectivos Clientes, ou ainda, conforme o caso, o aviso de recebimento da referida notificação, observado o disposto na Cláusula 2.2.1 abaixo, informando da Cessão Fiduciária aqui contratada e instruindo-os a efetuar quaisquer pagamentos de Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures na Conta Vinculada ("Notificação aos Clientes").

- 2.2.1. A notificação a ser entregue ao Agente Fiduciário na forma da Cláusula 2.2 acima não precisará ser assinada pelo Cliente sempre que os contratos de locação de veículos objeto da presente garantia preverem a expressa anuência do respectivo Cliente quanto à cessão dos Direitos Creditórios de Locações oriundos de tal contrato, devendo tal informação ser disponibilizada pela Cedente ao Agente Fiduciário. Em tal hipótese, para os fins da Cláusula 2.2 acima, a notificação deverá ser entregue ao Agente Fiduciário assinada apenas pela Cedente acompanhada de comprovante inequívoco de seu recebimento pelo Cliente no endereço que constar do contrato celebrado entre este e a Cedente.
- 2.3. Até a quitação integral das Obrigações Garantidas, a Cedente se obriga a adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, o recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente.
- 2.4. Na hipótese de declaração de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, por si ou por meio do Banco Custodiante (após ter sido devidamente notificado pelo Agente Fiduciário), exercerá os direitos em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, na forma da legislação em vigor, especialmente no que se refere aos dispositivos previstos no artigo 66-B da Lei 4.728/65 e no artigo 1.364 do Código Civil e quaisquer outros direitos e/ou recursos previstos na Escritura de Emissão, neste Contrato ou em lei.
- 2.5. Os recursos mantidos na Conta Vinculada poderão ser aplicados, mediante notificação prévia e por escrito, a ser enviada ao Banco Custodiante pela Cedente, com cópia ao Agente Fiduciário, em: (i) Certificados de Depósito Bancário com baixa automática; (ii) em fundos de investimentos classificados como renda fixa; e (iii) em títulos públicos federais, desde que tais ativos sejam emitidos, administrados ou adquiridos pelo Banco Custodiante ou por suas controladas, direta ou indiretamente (“Investimentos Permitidos”), devendo constar obrigatoriamente na referida notificação o montante dos recursos a ser aplicado, bem como a modalidade do investimento devidamente especificada, ressaltando que o Banco Custodiante e o Agente Fiduciário não terão qualquer responsabilidade sobre eventuais perdas decorrentes do investimento definido pela Cedente e que o Banco Custodiante agirá exclusivamente na qualidade de mandatário da Cedente, desde que observado o disposto neste Contrato.
- 2.5.1. As aplicações descritas na Cláusula 2.5 acima, deverão ser feitas exclusivamente em investimentos de renda fixa, de baixo risco e que possuam liquidez diária.

2.5.2. O Agente Fiduciário, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação dos Investimentos Permitidos, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação dos Investimentos Permitidos, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que sejam arbitradas e aprovadas pela Cedente.

2.6. O presente Contrato será devidamente levado a registro, pela Cedente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das Partes, assumindo a Cedente os custos e despesas com o referido registro. A Cedente enviará a via registrada do Contrato para o Agente Fiduciário, tempestivamente após o efetivo registro por parte dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, o qual deverá ser obtido no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do presente Contrato, salvo se em decorrência de ato ou fato atribuído ou atribuível exclusivamente ao respectivo Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Com exceção do disposto na Cláusula 2.1.8 acima, qualquer alteração a este Contrato será levada a registro no cartório competente no prazo de 20 (vinte) dias corridos da data de assinatura, pela Cedente, devendo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 cinco dias úteis contados da data em que for obtido o referido registro, uma via original do aditamento devidamente registrado.

2.7. Para os fins legais, as Partes descrevem as principais condições financeiras e características das Obrigações Garantidas no **Anexo V** ao presente Contrato.

3. CONTA VINCULADA

3.1. Os recebíveis decorrentes dos Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures deverão ser depositados diretamente na Conta Vinculada, até que todas as Obrigações Garantidas estejam integralmente quitadas, de acordo com a Cláusula 5.2 deste Contrato.

3.2. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em garantia das Debêntures depositados na Conta Vinculada serão movimentados conforme abaixo:

- (a) desde que o Banco Custodiante não tenha recebido uma notificação do Agente Fiduciário informando o descumprimento do Limite Mínimo de Garantia ou informando que está em curso um (i) evento de inadimplemento

das obrigações pecuniárias assumidas pela Cedente no âmbito da Escritura de Emissão ou deste Contrato ou (ii) Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Notificação do Agente Fiduciário"), o Banco Custodiante irá transferir diária e automaticamente o saldo existente da Conta Vinculada, que exceda o Limite Mínimo de Garantia, no dia útil subsequente ao crédito na Conta Vinculada, para a conta corrente da Cedente, com livre movimentação dos recursos ("Conta de Livre Movimentação");

(b) sempre que o Banco Custodiante, receber uma Notificação do Agente Fiduciário, este deverá bloquear os recursos depositados na Conta Vinculada, hipótese em que o Banco Custodiante interromperá as transferências mencionadas na alínea "(a)" acima até o recebimento de notificação, enviada pelo Agente Fiduciário, atestando que o Limite Mínimo de Garantia está novamente sendo atendido ou que o evento de inadimplemento mencionado na alínea (a) acima tenha sido sanado, sem prejuízo, em qualquer hipótese, da possibilidade da Cedente recompor o Limite Mínimo de Garantia na forma prevista na Cláusula 2.1.6 acima;

(c) na hipótese prevista na alínea "(b)" acima, em até 01 (um) dia útil após a constatação da recomposição do Limite Mínimo de Garantia, o Agente Fiduciário deverá notificar por escrito o Banco Custodiante para (i) informá-lo do cumprimento do Limite Mínimo de Garantia, ou que tenha sido sanado o evento de inadimplemento e (ii) caso tenha havido algum bloqueio de recursos na Conta Vinculada, autorizar a transferência para a Conta de Livre Movimentação do montante do saldo de Conta Vinculada que exceda o Limite Mínimo de Garantia e a retomada das transferências mencionadas na alínea "(a)" acima, até a próxima Data de Verificação de Limite Mínimo de Garantia;

(d) não obstante disposto nas alíneas acima, no caso de ocorrência de um evento de inadimplemento das obrigações pecuniárias assumidas pela Cedente no âmbito da Escritura de Emissão ou deste Contrato ou um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da Escritura de Emissão ou deste Contrato (conforme informado por escrito pelo Agente Fiduciário ao Banco Custodiante), o Banco Custodiante, independentemente de qualquer outra formalidade, manterá bloqueado todos os recursos depositados, presentes e futuros, na Conta Vinculada.

3.3. A Conta Vinculada não poderá ser movimentada pela Cedente, sob qualquer forma, inclusive mediante a emissão de cheques. A Cedente obriga-se a assinar todos os documentos e a praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do disposto nesta Cláusula 3 Enquanto o presente Contrato estiver em pleno vigor e efeito, e as Obrigações Garantidas não tiverem sido integralmente pagas, a Conta Vinculada será exclusivamente movimentada pelo Banco Custodiante, em conformidade com os termos deste Contrato ou mediante instruções expressas, escritas e inequívocas do Agente Fiduciário.

4. RECEBIMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE LOCAÇÕES

4.1. A Cedente, caso venha a receber, os recursos referentes aos Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente de forma diversa da aqui prevista, ou em contas diversas da Conta Vinculada, recebê-los-á na qualidade de fiel depositária dos Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário, e deverá depositar a totalidade dos recursos referentes aos Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures assim recebidos, na Conta Vinculada, em até 2 (dois) dias úteis da data da verificação do seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, independentemente de qualquer notificação ou outra formalidade para tanto.

4.2. A Cedente, às suas próprias expensas, deverá tomar todas as providências necessárias para cobrar os Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, assim que exigíveis, atuando de forma diligente de acordo com as práticas de cobranças usuais de mercado para operações de mesma espécie.

5. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, na Escritura de Emissão e legislação aplicável, a Cedente obriga-se a:

- (a) receber na Conta Vinculada a totalidade dos Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures;
- (b) observar o Limite Mínimo de Garantia exigido nos termos deste Contrato;
- (c) efetuar, sempre que necessário, os Complementos de Garantia, nos prazos e formas aqui previstos;

(d) entregar ao Agente Fiduciário, mensalmente, até a respectiva Data de Verificação, a relação dos recebíveis decorrentes dos Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, constando seus respectivos valores e datas de vencimento, e demais informações solicitadas pelo Agente Fiduciário com relação aos recebíveis decorrentes dos Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures;

(e) permanecer na posse e guarda dos títulos, contratos e outros documentos representativos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e demais Direitos Creditórios de Locações, assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária de tais documentos e obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los, conservá-los, a exhibi-los ou entregá-los, conforme o caso, ao Agente Fiduciário e/ou ao juízo competente, quando solicitada, dentro do prazo que lhe for determinado pelo Agente Fiduciário e/ou pelo juízo competente;

(f) manter a presente garantia sempre existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;

(g) defender-se, de forma tempestiva, eficaz e às suas expensas, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa afetar, no todo ou em parte, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, demais Direitos Creditórios de Locações, este Contrato, a Escritura de Emissão, instrumentos correlatos e/ou o cumprimento das Obrigações Garantidas, mantendo o Agente Fiduciário, informado por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas pela Cedente, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário, na qualidade de proprietário fiduciário, de defender-se do referido ato, ação, procedimento ou processo, como parte ou como interveniente, como bem lhe aprouver;

(h) prestar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação ou, (ii) no caso da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), no prazo de 1 (um) dia útil, todas as informações e enviar todos os documentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e dos Direitos Creditórios de Locações, nos termos previstos neste Contrato;

(i) conceder ao Agente Fiduciário, ou ao respectivo preposto, funcionário ou agente indicado pelo Agente Fiduciário, livre acesso às informações da Conta Vinculada, ficando o Banco Custodiante neste ato autorizado a disponibilizar ao Agente Fiduciário quaisquer informações solicitadas com relação à Conta Vinculada, assim como, conceder o acesso a consulta dos extratos da Conta Vinculada;

(j) não ceder nem, de qualquer forma ou a qualquer título, dispor, transferir, rescindir ou onerar, no todo ou em parte, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e demais Direitos Creditórios de Locações, salvo mediante prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, conforme deliberação tomada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral observada a faculdade de substituir os Direitos Creditórios de Locações cedidos fiduciariamente, conforme previsto na Cláusula 2.1.3 acima;

(k) não alterar, encerrar, vincular ou onerar, de qualquer forma, a Conta Vinculada;

(l) informar, em até 10 (dez) dias úteis, ao Agente Fiduciário, mediante solicitação e desde que não tramite em segredo de justiça, os detalhes de qualquer litígio, arbitragem, processo administrativo iniciado, pendente ou, até onde seja do seu conhecimento iminente, fato, evento ou controvérsia envolvendo Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e Direitos Creditórios de Locações;

(m) tratar qualquer sucessor do Agente Fiduciário como se fosse signatário original da Escritura de Emissão e deste Contrato, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos dos documentos das Obrigações Garantidas;

(n) pagar e cumprir todas as obrigações impostas por lei relativamente aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, mantendo-o em dia com todos os tributos incidentes, seja em virtude de novas disposições legais e regulamentares, seja por interpretação das existentes, exceto por aqueles tributos questionadas de boa-fé pela Cedente nas esferas administrativa e judicial, exibindo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou no prazo específico que a autoridade competente exigir, quando solicitados previamente por escrito pelo Agente Fiduciário, os comprovantes de cada pagamento; e

(o) não praticar qualquer ato que possa, direta ou indiretamente, prejudicar ou restringir, por qualquer forma, quaisquer direitos previstos neste Contrato.

5.1.1. Fica desde já esclarecido que, para os efeitos da presente Cessão Fiduciária, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e dos Direitos Creditórios de Locações serão detidos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos Debenturistas.

5.2. Este Contrato e todas as obrigações da Cedente relativas ao presente permanecerão em vigor enquanto não estiverem integralmente quitadas todas as Obrigações Garantidas. Caso, por qualquer motivo, qualquer pagamento relativo à Escritura de Emissão venha a ser restituído ou revogado, o presente Contrato recuperará automaticamente sua vigência e eficácia, devendo ser cumprido em todos os seus termos, considerando-se, nessa situação, como tendo ocorrido um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão).

6. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

6.1. A Cedente faz, nesta data, as seguintes declarações, as quais deverão permanecer em pleno vigor após a celebração do presente Contrato e da Escritura de Emissão:

(a) Constituição e Existência. A Cedente é sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM devidamente constituída de acordo com as leis brasileiras, possuindo poderes e autoridade para celebrar este Contrato e a Escritura de Emissão, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Contrato e da Escritura de Emissão e cumprir e observar as disposições aqui e ali contidas.

(b) Poderes e Autorizações Societárias. A Cedente tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração deste Contrato e da Escritura de Emissão e dos demais documentos a serem por ela celebrados em função deste Contrato e da Escritura de Emissão, bem como para cumprir suas obrigações aqui e ali previstas. A celebração deste Contrato e da Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações neles estabelecidas não violam nem violarão (i) o Estatuto Social da Cedente; (ii) qualquer lei, regulamento, contrato ou decisão

que vincule, ou seja, aplicável à Cedente, ou qualquer de suas controladas, nem constituem ou constituirão inadimplemento nem importam ou importarão em vencimento antecipado de qualquer contrato, instrumento, acordo, empréstimo ou documento de que seja parte.

(c) Instrumento Exequível nos Termos da Lei. Salvo quanto aos registros nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, o presente Contrato e a Escritura de Emissão foram devidamente celebrados por representantes legais ou procuradores regularmente constituídos da Cedente, os quais têm e deverão ter poderes para assumir, em nome da Cedente, as obrigações neles estabelecidas, incluindo o poder de outorgar mandatos, constituindo o presente uma obrigação lícita e válida, exequível contra a Cedente, em conformidade com seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 13 de março de 2016 (“Código de Processo Civil”).

(d) Autorizações. Todas as autorizações e medidas de qualquer natureza que sejam necessárias ou obrigatórias à devida celebração e cumprimento deste Contrato e da Escritura de Emissão por parte da Cedente foram obtidas ou tomadas, sendo válidas e estando em pleno vigor e efeito.

(e) Bens Livres e Desembaraçados. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e os Direitos Creditórios de Locações, durante a vigência deste Contrato, encontrar-se-ão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, restrições, dívidas ou gravames, não existindo qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que a Cedente seja parte, quaisquer obrigações, restrições à Cessão Fiduciária ora prevista, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede ou limite, de qualquer forma, a constituição e manutenção da presente Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e dos Direitos Creditórios de Locações em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

(f) Titularidade Exclusiva. A Cedente assume integral responsabilidade pela existência, validade, titularidade e regularidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e dos Direitos Creditórios de Locações.

(g) Licenças. Todos os alvarás, licenças ou aprovações exigíveis e necessários à celebração do presente Contrato foram devidamente obtidos e encontram-se atualizados e em pleno vigor.

(h) Pendências Judiciais. Não existem pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, que possam afetar negativamente a presente Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e dos Direitos Creditórios de Locações.

(i) Sigilo Bancário. A Cedente autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o Banco Custodiante a fornecer e entregar ao Agente Fiduciário e, se solicitado, aos Debenturistas, bem como o Agente Fiduciário fornecer aos Debenturistas, todas as informações relativas à Conta Vinculada, sobre as Aplicações e/ou resgates nas Aplicações renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, seja através de extratos bancários, posições e valores contidos na Conta Vinculada, dentre outros documentos, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o artigo 1º, parágrafo 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto do Contrato.

6.2. As declarações prestadas pela Cedente neste Contrato subsistirão até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, ficando ela responsável por eventuais danos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, nos termos previstos na Cláusula abaixo. As declarações prestadas neste Contrato são em adição e não em substituição àquelas prestadas na Escritura de Emissão e deverão ser ratificadas pela Cedente nos Termos de Complemento de Garantia que venham a ser celebrados nos termos deste Contrato.

6.3. A Cedente se obriga a informar o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 5 (cinco) dias úteis, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas, inconsistentes, insuficientes, ou incorretas.

7. EXCUSSÃO DA GARANTIA

7.1. Sem prejuízo e em adição a outras Cláusulas deste Contrato, na hipótese de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, ou no vencimento do prazo das Debêntures, sem que as Obrigações Garantidas tenham sido devidamente quitadas, consolidar-se-á nos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário a propriedade plena dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, podendo o Agente Fiduciário, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, a exclusivo critério dos Debenturistas, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei: (i) excutir e/ou utilizar todos os recursos depositados na Conta Vinculada, nos termos deste Contrato, bem como os recursos decorrentes da alienação de quaisquer títulos ou valores vinculados a tais contas, para a amortização extraordinária, parcial ou total, das Obrigações Garantidas, sem prejuízo do exercício, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer outros direitos, garantias e prerrogativas cabíveis; (ii) determinar ao Banco Custodiante que retenha, por meio de uma ou várias retenções, utilize e disponha dos recursos existentes na Conta Vinculada até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, ficando o Agente Fiduciário, por si ou seus representantes, para tanto desde já irrevogavelmente autorizado pela Cedente a movimentar, transferir, usar, sacar, dispor, aplicar ou resgatar os recursos existentes na Conta Vinculada; (iii) cobrar e receber diretamente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente das respectivas contrapartes, seguradoras ou garantidores quaisquer valores decorrentes de pagamentos de Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; e (iv) no caso de não pagamento à Cedente de quaisquer quantias devidas pelas contrapartes dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, seguradoras ou garantidores, usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais diretamente contra tais contrapartes, seguradoras ou garantidores, para receber os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e exercer todos os demais direitos conferidos à Cedente nos contratos com tais contrapartes, seguradoras ou garantidores.

7.2. Os recursos provenientes da excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serão destinados à quitação das Obrigações Garantidas, de forma proporcional ao saldo devedor das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série.

7.2.1. Sem prejuízo de quaisquer das demais disposições deste Contrato, a Cedente neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, nomeia e constitui o Agente Fiduciário, na data de assinatura deste Contrato, como seu procurador, nos termos da procuração constante do **Anexo III** a este Contrato, como condição de negócio, com poderes da cláusula “em causa própria”, irrevogáveis e

irretratáveis para, na hipótese de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, observado o disposto neste Contrato, por si, seus representantes ou substabelecidos, (i) determinar ao Banco Custodiante que proceda à transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da Conta Vinculada para as contas indicadas pelo Agente Fiduciário, de titularidade dos Debenturistas, bem como praticar e cumprir, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, os atos e demais direitos previstos em lei, em especial determinar ao Banco Custodiante que realize o bloqueio, retenção e/ou saque dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como movimente a Conta Vinculada até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, podendo, ainda, determinar ao Banco Custodiante que movimente, transfira, disponha, saque ou de qualquer outra forma utilize os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente a fim de assegurar o pagamento e cumprimento total das Obrigações Garantidas; e (ii) exclusiva e estritamente para os fins previstos neste Contrato, representar a Cedente junto a instituições financeiras em geral, incluindo, mas sem limitações, perante o Banco Custodiante, bem como dar e receber quitação e transigir em nome da Cedente para o pagamento das Obrigações Garantidas.

7.2.2. A Cedente obriga-se, ainda, a assinar e entregar uma nova procuração, no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência da data de vencimento da procuração anterior, de acordo com o modelo previsto no Anexo III a este Contrato, a cada 1 (um) ano contado da data da procuração anterior ou em qualquer outro novo prazo que vier a ser adotado pela Cedente em seu estatuto social.

7.3. Os recursos apurados de acordo com o disposto na Cláusula 7.1 acima, e observado o disposto na Cláusula 7.2, na medida em que forem sendo recebidos pelo Agente Fiduciário, ou quem este indicar, deverão ser aplicados na liquidação integral das Obrigações Garantidas, sendo que eventual excesso será transferido pelo Banco Custodiante, mediante solicitação do Agente Fiduciário, para a Conta de Livre Movimentação.

7.4. A execução da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente na forma aqui prevista será feita de forma independente e em adição à excussão de qualquer outra garantia, real ou pessoal, concedida pela Cedente ou terceiros nos termos deste Contrato, da Escritura de Emissão e dos demais contratos que venham a ser celebrados entre as Partes.

8. NOTIFICAÇÃO

8.1. Todas e quaisquer notificações ou quaisquer outras comunicações exigidas ou permitidas nos termos deste Contrato serão realizadas por escrito, mediante entrega pessoal, por correio eletrônico, serviço de entrega especial, com aviso de recebimento expedido pelos Correios ou carta registrada, sempre com comprovante de recebimento, endereçados à Parte pertinente em seu respectivo endereço conforme indicado abaixo, ou em outro endereço conforme tal Parte informe às outras Partes por meio de notificação. Todas as notificações e outras comunicações devem ser feitas por escrito e endereçadas conforme segue:

(a) Cedente:

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
Avenida Raja Gabaglia, 1781, 13º andar, Luxemburgo

CEP 30.380-403

Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Marco Túlio Carvalho de Oliveira

Telefone: +55 (31) 3319-1170

Correio Eletrônico: tesouraria@locamerica.com.br

(b) Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200,

bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304,

Barra da Tijuca, CEP 22640-102,

Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone : (21) 3385-4565

Correio Eletrônico: garantia@pentagonotrustee.com.br

8.2. Todas e quaisquer notificações, instruções e comunicações nos termos deste Contrato serão válidas e consideradas entregues na data do recebimento das mesmas, conforme comprovado por meio do recibo assinado pelo destinatário, da entrega da notificação judicial, extrajudicial ou, no caso de envio por correio eletrônico ou entrega de correspondência, por meio do relatório ou comprovante de entrega, ou aviso de recebimento expedido pelos Correios.

8.3. A Cedente, neste ato e nesta forma, nomeia e autoriza, além dos seus representantes legais, o seu representante acima mencionado, como seu mandatário com poderes para receber avisos, notificações e quaisquer outras comunicações extrajudiciais relativas ao presente Contrato.

9. RENÚNCIAS E NULIDADE PARCIAL

9.1. As Partes reconhecem que (i) os direitos e recursos nos termos deste Contrato e da Escritura de Emissão são cumulativas e podem ser exercidos separada ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos e recursos previstos em lei ou por qualquer outro acordo; (ii) a renúncia, por qualquer das Partes, a qualquer desses direitos somente será válida se formalizada por escrito; (iii) a renúncia de um direito será interpretada restritivamente, e não será considerada como renúncia de qualquer outro direito conferido neste Contrato e na Escritura de Emissão; e (iv) a nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas contratuais aqui previstas não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e disposições deste Contrato.

9.2. A Cedente não poderá renunciar e/ou novar qualquer dos direitos, garantias e prerrogativas de sua titularidade relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e demais Direitos Creditórios de Locações, aos valores depositados na Conta Vinculada ou à Escritura de Emissão sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas, conforme deliberação tomada em Assembleia Geral, representados pelo Agente Fiduciário.

10. VALIDADE E EXEQUIBILIDADE DAS CLÁUSULAS

10.1. Todos os acordos, declarações e garantias realizados neste Contrato e na Escritura de Emissão permanecerão em pleno vigor e efeito a partir da assinatura deste Contrato, e permanecerão válidos e exequíveis até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas,

inclusive no tocante às obrigações e aos poderes conferidos ao Agente Fiduciário e/ou ao Banco Custodiante.

10.2. As Partes concordam que caso, por qualquer motivo, este Contrato venha a ser executado parcialmente, todas as demais condições e Cláusulas previstas neste Contrato não executadas permanecerão válidas e exequíveis, sem prejuízo da execução parcial desta garantia, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

10.3. A não exigência imediata, por qualquer das Partes, do cumprimento de qualquer dos compromissos recíprocos aqui pactuados, constituir-se-á em mera liberalidade da Parte que assim proceder, não podendo de forma alguma ser considerada como novação ou precedente invocável pela outra Parte para obstar o cumprimento de suas obrigações.

11. DESPESAS

11.1. Os custos de registro deste Contrato e de todos os seus eventuais aditivos perante os cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes serão de responsabilidade única e exclusiva da Cedente.

11.2. A Cedente pagará ou reembolsará o Agente Fiduciário e os Debenturistas, mediante solicitação, de quaisquer tributos diretamente relacionados à presente garantia e incorridos com relação a este Contrato, bem como indenizará e isentará o Agente Fiduciário e os Debenturistas de quaisquer valores que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas sejam obrigados a pagar no tocante aos referidos tributos, em ambos os casos desde que devidamente comprovados.

11.3. Todas as despesas comprovada e efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais além de eventuais tributos, taxas e comissões, para fins de excussão das garantias objeto deste Contrato, integrarão o valor das Obrigações Garantidas.

12. CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

12.1. A Cedente obriga-se a não ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e/ou obrigações decorrentes deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do

Agente Fiduciário, conforme deliberação tomada pelos titulares de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), considerando-se conjuntamente as Debêntures da 1ª Série em Circulação e Debêntures da 2ª Série em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

13. IRREVOGABILIDADE, SUCESSÃO

13.1. Os direitos e obrigações constituídos por força do presente Contrato obrigam as Partes em caráter irrevogável e irretratável, bem como a seus sucessores, endossatários e/ou cessionários a qualquer título, sendo as Partes responsáveis pelos atos e omissões de seus respectivos funcionários, administradores ou gerentes, prestadores de serviço, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação.

14. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

14.1. Todas e quaisquer alterações do presente Contrato somente serão válidas quando celebradas por escrito e assinadas por todas as Partes deste Contrato.

14.2. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre: (i) a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, (ii) alterações a quaisquer documentos da operação já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) documento(s) da operação, (iii) alterações a quaisquer documentos da operação em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3, ou (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

15. MULTIPLICIDADE DE GARANTIAS

15.1. No exercício de seus direitos e recursos contra a Cedente nos termos deste Contrato, da Escritura de Emissão e de qualquer outro contrato, o Agente Fiduciário, por si ou por seu(s) Agente(s), poderá executar a garantia, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até que as Obrigações Garantidas sejam cumpridas integralmente pela Cedente.

16. FORO

16.1. As partes elegem o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para conhecer e dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, podendo o Agente Fiduciário, no entanto, optar pelo domicílio da Cedente.

E, por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [] de [] de [].

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas, celebrado em [] de [] de [])

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ANEXO I

Anexo I ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas, celebrado em [] de [] de []

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS CLIENTES

[Local], [Data]

Ao

[Nome do Cliente]

[Endereço]

[CEP] [Cidade, Estado]

Ref.: [Identificar contrato].

Prezado(a) Senhor(a),

Fazemos referência ao contrato de locação de veículos celebrado entre [Companhia de Locação das Américas (“locamérica”) ou Unidas S.A. (“Unidas”)] e [=] (“Locatária”) em [=] (“Contrato de Locação”). Informamos a V.Sas. que a Companhia [pretende ceder] [cedeu] fiduciariamente em garantia a integralidade dos seus direitos creditórios decorrentes do Contrato de Locação e de seus eventuais aditivos (“Cessão de Direitos”) aos titulares das debêntures da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Companhia, emitidas na forma da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, representadas pela PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato por sua filial com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 515, Bloco H, Conjunto 101, Parte, Vila Mariana, CEP 04.011-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08, , na qualidade de agente fiduciário (“Agente Fiduciário”).

[Vale ressaltar que a Cessão de Direitos tem por finalidade, única e exclusivamente, a composição do limite de garantia constituída por direitos creditórios da Companhia nos termos da “*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie [com garantia real][ou] [quirografia com garantia real*

9

adicional], da *Décima Quinta Emissão da Companhia de Locação das Américas*” e do “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas*”, firmados entre a Companhia e o Agente Fiduciário em [=] de [=] de [=], respectivamente (“Contratos de Debêntures”)]

[A Companhia declara, para todos os fins, no que tange à Cessão de Direitos, que:

(i) a constituição de todo e qualquer crédito objeto da Cessão de Direitos ficará integralmente condicionada ao cumprimento regular, pela Companhia, de suas respectivas obrigações contratuais em relação à Locatária, sendo-lhe oponíveis, a qualquer tempo, por parte da Locatária, eventuais exceções decorrentes do Contrato de Locação; (ii) a Locatária, em nenhuma hipótese, poderá vir a ser responsabilizada por eventuais bloqueios, ônus ou gravames, de origem contratual ou judicial, decorrentes dos Contratos de Debêntures, em relação aos pagamentos a serem regularmente efetuados no curso do Contrato de Locação; (iii) a concordância da Locatária com a Cessão de Direitos em nenhum momento representará novação de quaisquer disposições contratuais, nem, tampouco, renúncia a quaisquer de seus direitos, permanecendo, desta forma, íntegro e incólume o Contrato de Locação; (iv) a Cessão de Direitos, de nenhuma forma, configurará ou será interpretada como oferecimento ou constituição de garantia, por parte da Locatária, quanto às obrigações assumidas pela Companhia nos Contratos de Debêntures; (v) a Cessão de Direitos não terá o condão, em nenhuma hipótese, de vincular a Locatária a quaisquer dos termos ou condições estabelecidas nos Contratos de Debêntures ou em quaisquer instrumentos contratuais correlatos celebrados entre a Companhia, o Agente Fiduciário, os respectivos debenturistas e quaisquer eventuais terceiros intervenientes.]

[Uma vez efetivada a Cessão de Direitos, com a anuência da Locatária] [Desse modo], todos os pagamentos relativos ao Contrato de Locação deverão ser realizados por V. Sas. diretamente na conta corrente nº [=], de titularidade da Companhia, mantida na Agência nº [=], junto ao [=] (banco nº [=]).

[Em tal hipótese] [Outrossim], salientamos que esta notificação e as instruções nela contidas [terão] [têm] caráter irrevogável e irretratável, não podendo ser alteradas, suplementadas ou canceladas pela Companhia, por qualquer motivo, sem o consentimento prévio e por escrito do Agente Fiduciário.

A Companhia, por derradeiro, renova os votos de mais elevada estima e consideração a V.Sas. e ressalta a sua inteira disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários aos fins aqui propostos.

Atenciosamente,

[COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS/ UNIDAS S.A.]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[Ciente e de acordo com a Cessão de Direitos em [data]:

[NOME DO CLIENTE]

[Nome:

Cargo:]

[Nome:

Cargo:]

C/c para:

[=][=]

[=][=]

At.: Sra. [=]

Telefone: +55 (11) [=]

Fac-símile: +55 (11) [=]

Correio Eletrônico: [=]

[=]

Rua [=],[=],[=]º andar, [Bairro]

[CEP] [Cidade] [Sigla Estado]

At.: Sr. [=]

Telefone: +[=]

Fac-símile: +[=]

Correio Eletrônico: [=]

9

ANEXO II

Anexo II ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas, celebrado em [=] de [=] de [=]

LISTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE LOCAÇÕES CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE

Contrato	Data de Emissão / Assinatura	Data de Vencimento / Prazo	Quantidade de Veículos Locados Vinculados aos Recebíveis Vincendos	Cliente	Saldo do valor do Contrato
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

[COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS [e/ou] UNIDAS S.A] (“Cedente”) declara que: (i) os contratos identificados acima encontram-se em vigor e constituem obrigações válidas, legais, legítimas, existentes, exigíveis (conforme o caso), ausentes de vícios e corretamente formalizadas; (ii) os direitos creditórios decorrentes dos contratos identificados acima serão cedidos fiduciariamente, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas, celebrado em [•] de [•] de [•] (“Contrato de Cessão”), aos titulares das debêntures da 15ª emissão da Cedente, representados pela PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato por sua filial com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 515, Bloco H, Conjunto 101, Parte, Vila Mariana, CEP 04.011-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08, (“Agente Fiduciário”), não incidindo sobre os mesmos quaisquer outros ônus ou gravames de qualquer natureza; e (iii) os

direitos creditórios decorrentes dos contratos identificados atendem os Critérios de Exigibilidade (conforme definido no Contrato de Cessão) e não possuem quaisquer parcelas vencidas e não pagas, relativas aos direitos creditórios, cuja inadimplência seja superior a 05 (cinco) dias úteis.

[COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS/UNIDAS S.A.]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

99

ANEXO III

Anexo III ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas, celebrado em [•] de [•] de [•]

MODELO DE PROCURAÇÃO

Por meio desta Procuração, a [COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS, sociedade por ações com registro de capital aberto categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, bairro Limão, CEP 02.546-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) / [e/ou] UNIDAS S.A., sociedade por ações com registro de capital aberto categoria “A” perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cincinato Braga, 388, Bela Vista, CEP 01333-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.215.988/0001-60] sob o nº 10.215.988/0001-60 / , neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Outorgante”), constitui e nomeia, neste ato, irrevogavelmente, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato por sua filial com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 515, Bloco H, Conjunto 101, Parte, Vila Mariana, CEP 04.011-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08, na qualidade de Agente Fiduciário do Contrato descrito abaixo (“Outorgado”) como seu procurador para agir em seu nome e lugar, para, mediante a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) ou vencimento das Debêntures, sem que as Obrigações Garantidas tenham sido devidamente quitadas, nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas*”, celebrado em [=] de [=] de [=], entre a Outorgante, o Outorgado (“Contrato”), por si ou seus representantes legais ou substabelecidos, praticar e cumprir qualquer ato que seja necessário ou desejável para a cobrança, realização, alienação e recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, inclusive, sem limitação:

- (a) determinar ao Banco Custodiante que proceda à transferência dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da Conta Vinculada para as contas indicadas pelo Agente Fiduciário, de titularidade dos

Debenturistas, nos valores, termos e condições conforme previstos no Contrato, bem como praticar e cumprir, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, os atos e demais direitos previstos em lei, incluindo, sem limitações, receber diretamente e/ou realizar qualquer cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente junto às respectivas contrapartes e seguradoras com as quais tenha sido contratado seguro relativamente a tais Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

- (b) determinar ao Banco Custodiante que realize o bloqueio, rateio e movimento a Conta Vinculada, em especial, transfira, disponha, saque, resgate ou de qualquer outra forma utilizar os recursos lá creditados, independentemente de qualquer aviso ou qualquer medida ou ordem judicial ou extrajudicial, a fim de assegurar o pagamento e cumprimento total das Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato, desde que observados os termos e condições do Contrato;
- (c) representar a Outorgante junto às contrapartes dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e seguradoras com as quais tenha sido contratado seguro relativamente a tais Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, e quaisquer outras pessoas obrigadas pelo pagamento de Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como contratar ou subcontratar a cobrança de direitos creditórios e tomar qualquer outra medida necessária para os fins aqui previstos;
- (d) em geral, exercer, por e em nome da Outorgante, e praticar todos os demais atos que o Outorgado possa considerar necessários relativos às alíneas (a), (b) e (c) acima.

Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante ao Outorgado nos termos do Contrato e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes.

9
15

Esta procuração é outorgada como uma condição do Contrato e como um meio de cumprir as obrigações ali estabelecidas, e será nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, irrevogável, válida e efetiva até que as Obrigações Garantidas definidas no Contrato tenham sido integralmente pagas.

Esta procuração deverá permanecer em pleno vigor e efeito pelo prazo de 1 (um) ano contado a partir da presente data.

São Paulo, [=] de [=] de [=].

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS/UNIDAS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

9



ANEXO IV

Anexo IV ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas, celebrado em [•] de [•] de [•]

MODELO DE TERMO DE COMPLEMENTO DE GARANTIA VINCULADO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Termo de Complemento de Garantia Vinculado ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“Termo de Complemento de Garantia”), por e entre:

[**COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS**, sociedade por ações com registro de capital aberto categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, bairro Limão, CEP 02.546-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 10.215.988/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social, [e/ou] **UNIDAS S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto categoria “A” perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cincinato Braga, 388, Bela Vista, CEP 01333-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.215.988/0001-60] (“Cedente”);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 515, Bloco H, Conjunto 101, Parte, Vila Mariana, CEP 04.011-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, nomeada de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie [com garantia real] [ou] [quirografária, com garantia real adicional], da décima quinta emissão da Cedente (“Debenturistas”, “Debêntures” e “Agente Fiduciário” respectivamente); e

(A Cedente e o Agente Fiduciário são doravante denominados, em conjunto, as “Partes” e, individualmente, a “Parte”).

CONSIDERANDO QUE a Cedente e o Agente Fiduciário celebraram a “*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série até Duas Séries, da Espécie [com garantia real] [ou] [quirografária, com garantia real adicional], da Décima Quinta Emissão da Companhia de Locação das Américas*” (“Escritura de Emissão”), que estabelece os termos e condições da décima quinta emissão de debêntures pela Cedente, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação;

CONSIDERANDO QUE, em [] de [] de [], as partes celebraram o “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas*” (“Contrato de Cessão”), pelo qual a Cedente se obrigou a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário aplicações financeiras e/ou direitos creditórios decorrentes de contratos de locações firmados com seus clientes (“Direitos Creditórios de Locações”);

CONSIDERANDO QUE, nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão, a Cedente obrigou-se a constituir nova garantia, através de novos Direitos Creditórios de Locações, a serem descritos no Anexo II do Contrato de Cessão.

Resolvem as Partes celebrar o presente Termo de Complemento de Garantia de acordo com os seguintes termos e condições:

1. As Partes acordam que o Anexo I ao presente Termo de Complemento de Garantia deverá substituir o Anexo II do Contrato de Cessão, passando a dele fazer parte.
2. Todas as disposições do Contrato de Cessão que são ora ratificadas e permanecem em pleno vigor e eficácia, inclusive as declarações prestadas pela Cedente, que são expressamente ratificadas por meio do presente Termo de Complemento de Garantia, aplicando-se de igual forma aos Direitos Creditórios de Locações elencados no Anexo I ao presente Termo de Complemento de Garantias.
3. Este Termo de Complemento de Garantias constitui um aditamento ao Contrato de Cessão, para todos os fins de direito.

4. As partes elegem o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para conhecer e dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes deste Termo de Complemento de Garantia, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, podendo o Agente Fiduciário, no entanto, optar pelo domicílio da Cedente.

5. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Termo de Complemento de Garantia, terão os significados atribuídos a esses termos no Contrato de Cessão.

E por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam este aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [=] de [=] de 20[=]

[COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS/ UNIDAS S.A]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

9
S

ANEXO I

Anexo I ao Termo de Complemento de Garantia Vinculado ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças

LISTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE LOCAÇÕES CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE

Contrato	Data de Emissão / Assinatura	Data de Vencimento / Prazo	Quantidade de Veículos Locados Vinculados aos Recebíveis Vincendos	Cliente	Saldo do valor do Contrato
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS (“Cedente”) declara que: (i) os contratos identificados acima encontram-se em vigor e constituem obrigações válidas, legais, legítimas, existentes, exigíveis (conforme o caso), ausentes de vícios e corretamente formalizadas; (ii) os direitos creditórios decorrentes dos contratos identificados acima estão sendo cedidos fiduciariamente à PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 515, Bloco H, Conjunto 101, Parte, Vila Mariana, CEP 04.011-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08 (“Agente Fiduciário”), não incidindo sobre os mesmos quaisquer outros ônus ou gravames de qualquer natureza; e (iii) os direitos creditórios decorrentes dos contratos identificados atendem os Critérios de Exigibilidade (conforme definido no Contrato de Cessão) e não possuem quaisquer parcelas vencidas e não pagas, relativas aos direitos creditórios, cuja inadimplência seja superior a 05 (cinco) dias úteis.

[COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS/UNIDAS S.A.]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

ANEXO V

Anexo V ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Décima Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Locação das Américas, celebrado em [] de [] de []

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS DECORRENTES DAS DEBÊNTURES EMITIDAS PELA CEDENTE

(Termos utilizados neste Anexo V que não estiverem definidos aqui ou no Contrato têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão)

Valor de Emissão das Debêntures:	R\$500.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (“ <u>Valor de Emissão</u> ”)
Quantidade/Valor Nominal Unitário	Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, com Valor Nominal Unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, em até duas Séries distintas.
Obrigações Garantidas:	As Obrigações Garantidas incluem todas as obrigações assumidas pela Cedente em relação às Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato, incluindo também quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Cedente no Contrato, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e das obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário venha a desembolsar nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução da garantia.
Data de Emissão:	19 de fevereiro de 2018.

Data de Vencimento:	<p>As Debêntures da 1ª Série terão o prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo, portanto, em 19 de fevereiro de 2023 (“<u>Data de Vencimento da 1ª Série</u>”).</p> <p>As Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vigência de 3 (três) anos, vencendo, portanto, em 19 de fevereiro de 2021 (“<u>Data de Vencimento da 2ª Série</u>” e, indistintamente com a Data de Vencimento da 1ª Série, “<u>Data de Vencimento</u>”).</p>
Amortização:	<p>O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 03 (três) parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida após decorridos 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão, conforme previsto na Escritura de Emissão (cada qual uma “<u>Amortização Programada da 1ª Série</u>”).</p> <p>O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento da 2ª Série, conforme previsto na Escritura de Emissão.</p>
Atualização Monetária:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.
Remuneração:	<p>A partir da primeira Data de Integralização, as Debêntures da 1ª Série farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na <i>internet</i> (http://www.cetip.com.br) (“<u>Taxa DI</u>”), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou <i>spread</i>, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de até 1,40% a.a. (um inteiro e quarenta centésimos por ano), de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão (“<u>Remuneração da 1ª Série</u>”).</p> <p>A partir da primeira Data de Integralização, as Debêntures da 2ª Série farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou <i>spread</i>, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de até 1,15% a.a. (um inteiro e quinze centésimos por ano),</p>

	de acordo com a fórmula abaixo de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão (“ <u>Remuneração da 2ª Série</u> ” e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, “ <u>Remuneração</u> ”).
Pagamento da Remuneração:	A Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série serão pagas semestralmente, nos dias 19 de agosto e 19 de fevereiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 19 de agosto de 2018 e o último, na Data de Vencimento, ou na data de Amortização Extraordinária, ou na data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), ou das hipóteses de resgate antecipado das Debêntures (cada uma, uma “ <u>Data de Pagamento da Remuneração</u> ”).
Encargos Moratórios	Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força da Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista na Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial

9
18



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DERÊNTURES SIMPLES, EM
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

São partes nesta “*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, da Décima Quinta Emissão da Companhia de Locação das Américas*” (“Escritura de Emissão”):

I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão e ofertante:

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS, sociedade por ações com registro de capital aberto categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, bairro Limão, CEP 02.546-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 10.215.988/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”); e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato por sua filial localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 515, Bloco H, Conjunto 101, Parte, Vila Mariana, CEP 04.011-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

Resolvem as partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures (“Emissão”) e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) são realizadas com base na deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 15 de janeiro de 2018 (“RCA da Emissora”), que aprovou os termos e condições da Oferta Restrita (conforme definido abaixo).

1.2. A celebração do Aditamento (conforme abaixo definido) a esta Escritura que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

definido) será aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora.

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação da ata da RCA.* A ata da RCA da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada nos termos do inciso I do artigo 62 e do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”);
- II. *Registro e inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP nos termos do inciso II e do parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que 1 (uma) via original, devidamente registrada, deverá ser apresentada ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data do registro. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento, para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido) a ser celebrado em até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, de modo a especificar (a) a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série; (b) a distribuição do número de Debêntures entre as séries; e (c) a taxa final da Remuneração (conforme definido abaixo), sem a necessidade de consulta aos Debenturistas por meio de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) (“Aditamento”);
- III. *Depósito para distribuição, negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTMV (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo) e negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da respectiva subscrição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), condicionado, ainda, à observância do cumprimento, pela Emissora, das obrigações descritas no artigo 17 da Instrução CVM 476;

2.2. A Oferta Restrita encontra-se automaticamente dispensada dos seguintes registros:

- I. *dispensa de registro na CVM*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”). Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM; e
- II. *dispensa de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)*. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do “*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários*” atualmente em vigor, condicionado à expedição, até a data de envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1. A Emissora tem por objeto social (i) a atividade de locação de veículos nacionais e importados, com ou sem motorista; e (ii) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para pagamento do valor referente à aquisição, pela Emissora, das ações da Unidas S.A. ("Unidas"), no âmbito do acordo de investimentos firmado, em 27 de dezembro de 2017, pela Emissora, seus acionistas controladores, a Unidas, e determinados acionistas da Unidas, o qual regula os termos e condições para a realização da combinação de negócios entre a Unidas e a Emissora, nos termos do fato relevante divulgado pela Emissora em 27 de dezembro de 2017 ("Operação Unidas"), sendo que os recursos que excederem o valor referente ao pagamento da Operação Unidas serão destinados à utilização no curso normal dos negócios da Emissora, para reforço de caixa da Emissora.

4.1.1. A totalidade dos recursos obtidos com a Oferta Restrita será depositada em conta corrente de titularidade da Emissora e mantida junto ao banco Itaú Unibanco S.A. ("Itaú" e "Conta Emissora", respectivamente). Exceto pelos investimentos previstos no item 4.1.3 abaixo, a Emissora estará impedida de movimentar tais recursos até que se verifique a ocorrência de uma das seguintes hipóteses: (i) aprovação da Operação Unidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), hipótese na qual os recursos serão utilizados para pagamento no âmbito da Operação Unidas, sendo os recursos excedentes destinados à utilização no curso normal dos negócios da Emissora, para reforço de caixa da Emissora ; ou (ii) veto ou não aprovação da Operação Unidas pelo CADE dentro de 12 (doze) meses contados da primeira Data de Integralização, hipótese na qual os recursos serão utilizados única e exclusivamente para realização do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 6.17.2 abaixo.

4.1.2. Para fins de verificação do disposto no item 4.1.1 acima, a Emissora se obriga a enviar ao Agente Fiduciário, mensalmente, no último dia útil do mês, o extrato bancário da Conta Emissora, constando todas as movimentações realizadas no mês, devendo o Agente Fiduciário verificar o cumprimento da obrigação descrita na Cláusula 4.1.1 até o 2º dia útil do mês subsequente.

4.1.2.1. A Emissora autoriza o Agente Fiduciário a fornecer aos



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Debenturistas qualquer tipo de informação ou movimentação financeira envolvendo a Conta Emissora ou sobre as aplicações e/ou resgates nas aplicações financeiras renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, seja através de extratos bancários, posições e valores contidos na Conta Emissora, dentre outros documentos.

4.1.2.2. A Emissora, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, reconhece que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, em especial a lei complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto desta Escritura de Emissão.

4.1.2.3. O Agente Fiduciário não fará nenhuma verificação extraordinária além da verificação única mensal, nem será responsável por nenhuma movimentação feita pela Emissora, cabendo apenas efetuar a verificação prevista na Cláusula 4.1.2. acima.

4.1.3. Até a verificação das hipóteses descritas na Cláusula 4.1.1 acima, os recursos mantidos na Conta Emissora poderão ser aplicados mediante notificação prévia e por escrito (que poderá ser realizada inclusive por meio de correio eletrônico), a ser enviada ao Itaú pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, em: títulos de renda fixa de emissão do Itaú Unibanco S.A. e/ou de empresas do seu conglomerado, devendo constar obrigatoriamente na referida notificação o montante dos recursos a ser aplicado, bem como a modalidade do investimento devidamente especificada.

4.1.3.1. O Agente Fiduciário, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação dos investimentos mencionados na Cláusula 4.1.3, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação de tais investimentos, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que

ce

9

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

sejam arbitradas e aprovadas pela Emissora.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

5.1. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (sendo um deles, o “Coordenador Líder” e, em conjunto, “Coordenadores”), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, da Décima Quinta Emissão da Companhia de Locação das Américas*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”), observado o plano de distribuição das Debêntures a ser descrito no Contrato de Distribuição.

5.1.1. Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo), observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

5.1.2. Nos termos da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, inclusive pela Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM 539” e “Instrução CVM 554”, respectivamente), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados investidores profissionais (“Investidores Profissionais”): (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo) apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

5.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da B3.

5.1.4. Cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente de que, dentre outras declarações, (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;

5.1.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, bem como não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.1.6. Os Coordenadores adotarão o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos Investidores Profissionais, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final da Remuneração, o número de séries, a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas e a alocação entre as Debêntures da 1ª (primeira) série ("1ª Série" e "Debêntures da 1ª Série", respectivamente) e as Debêntures da 2ª (segunda) série ("2ª Série" e "Debêntures da 2ª Série", respectivamente e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, "Debêntures") observado o disposto abaixo ("Procedimento de Bookbuilding"), bem como as disposições constantes no Contrato de Distribuição.

5.1.7. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio do Aditamento.



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- 5.2. *Forma e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido, conforme aplicável, da Remuneração das Debêntures da 1ª Série ou da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definidas), calculada de forma exponencial, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização (“Preço de Subscrição”). As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, mediante autorização da Emissora e dos Coordenadores, desde que aplicados em igualdade de condições a todos os investidores.
- 5.3. *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 06 (seis) meses contados da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.4. *Forma de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional e de acordo com os procedimentos da B3 (cada data de subscrição e integralização, uma “Data de Integralização”).

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 15ª (décima quinta) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.
- 6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (“Valor de Emissão”) sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre a 1ª Série e a 2ª Série ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”).
- 6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures. A quantidade de Debêntures alocada em cada série será definida por meio do Sistema de Vasos Comunicantes, conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada série será objeto de ratificação por meio do Aditamento, cuja celebração será



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

autorizada pelo Conselho de Administração da Emissora, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

- 6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
- 6.5. *Séries.* A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, por meio do Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que a existência de cada série e a quantidade de Debêntures a ser alocada na 1ª Série e na 2ª Série serão definidas pela Emissora, em conjunto com os Coordenadores, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 6.5.1. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries deverá ser deduzida da quantidade total de Debêntures prevista na Cláusula 6.3 acima, definindo a quantidade a ser alocada na outra série. Observado o disposto nesta Cláusula, as Debêntures serão alocadas entre as séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding* e o interesse de alocação da Emissora. Não haverá quantidade mínima ou máxima de Debêntures ou valor mínimo ou máximo para alocação entre as séries, observado que, qualquer uma das séries poderá não ser emitida, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida em uma única série, nos termos acordados ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 6.6. *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela B3 em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
- 6.7. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.8. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Lei das



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Sociedades por Ações.

- 6.9. *Banco Liquidante.* O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).
- 6.10. *Escriturador.* O escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador”).
- 6.11. *Agência de Classificação de Risco.* Foi contratada como agência de classificação de risco das Debêntures, a Fitch Ratings, tendo sido atribuído *rating* “AA-(bra)” às Debêntures (“Fitch Ratings” ou “Agência de Classificação de Risco”).
- 6.12. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 19 de fevereiro de 2018 (“Data de Emissão”).
- 6.13. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo ou de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo), as Debêntures de cada uma das séries terão o prazo e data de vencimento conforme abaixo:
- I. As Debêntures da 1ª Série terão o prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 19 de fevereiro de 2023 (“Data de Vencimento da 1ª Série”); e
 - II. As Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vigência de 3 (três) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 19 de fevereiro de 2021 (“Data de Vencimento da 2ª Série” e, indistintamente com a Data de Vencimento da 1ª Série, “Data de Vencimento”).
- 6.14. *Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.*



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFARIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

6.14.1. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 03 (três) parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida após decorridos 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão (cada qual uma “Amortização Programada da 1ª Série”), conforme evidenciado abaixo:

	Data de Pagamento	Percentual de Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série
1.	19 de fevereiro de 2021	33,3300%
2.	19 de fevereiro de 2022	50,0000%
3.	19 de fevereiro de 2023	100,0000%

6.14.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento da 2ª Série.

6.15. *Atualização Monetária e Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas conforme disposições abaixo, sendo que não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

6.15.1. A partir da primeira Data de Integralização, as Debêntures da 1ª Série farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitada a 1,40% a.a. (um inteiro e quarenta centésimos por ano) de acordo com a fórmula abaixo (“Remuneração da 1ª Série”).



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

6.15.2. A partir da primeira Data de Integralização, as Debêntures da 2ª Série farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitada a 1,15% a.a. (um inteiro e quinze centésimos por ano) de acordo com a fórmula abaixo (“Remuneração da 2ª Série” e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, “Remuneração”).

6.15.3. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou sobre o Valor Nominal Unitário e/ou do saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável, a partir da primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J: valor unitário da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, ou Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros: fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DOIS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI: produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração da 1ª Série (exclusive) ou da Remuneração da 2ª Série (exclusive), conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n: número total das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

k: número de ordem das Taxas DI, sendo “k” um número inteiro;

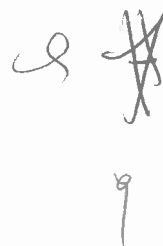
TDI_k: Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k: Taxa DI de ordem k divulgada pela B3, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread: a ser definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso limitada a (i) 1,4000 (um inteiro e quarenta décimos de milésimos) para as Debêntures da 1ª Série; e (ii) 1,1500 (um inteiro e quinze décimos de milésimos) para as Debêntures da 2ª Série;

DP: número de dias úteis entre a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela B3;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.15.4. A Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série serão pagas semestralmente, nos dias 19 de agosto e 19 de fevereiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 19 de agosto de 2018 e o último, na Data de

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Vencimento, ou na data de Amortização Extraordinária, ou na data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), ou das hipóteses de resgate antecipado das Debêntures (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

6.15.5. O período de capitalização da Remuneração, para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, é o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização, no caso do primeiro período de capitalização (inclusive), ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais períodos de capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período (exclusive) (“Período de Capitalização”).

6.15.6. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela B3, será utilizada na apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos; ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) (“Assembleia Geral da Taxa DI”) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.15.6.1. Caso, após a convocação da Assembleia Geral da Taxa DI, mas, anteriormente à sua realização, cesse a impossibilidade de aplicação da Taxa DI e/ou a Taxa DI volte a ser divulgada, a convocação da Assembleia Geral da Taxa DI decairá por perda de objeto com a sua consequente não realização.

6.15.6.2. Na hipótese prevista na Cláusula 6.15.6 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da Assembleia Geral da Taxa DI, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral da Taxa DI ou, caso ocorra primeiro, na Data de Vencimento, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da 1ª Série, e do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração da 1ª Série e da Remuneração da 2ª Série, conforme aplicável, relativa ao período até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será utilizada última Taxa DI disponível;
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, aprovado em Assembleia Geral dos Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série, e a Data de Vencimento da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série. Durante o

9



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures, as Debêntures farão jus à nova remuneração estipulada em Assembleia Geral dos Debenturistas.

6.16. *Repactuação*. Não haverá repactuação programada.

6.17. *Resgate Antecipado*

6.17.1. *Resgate Antecipado Facultativo*. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a partir do 24º mês (inclusive), contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de fevereiro de 2020 (inclusive) e a seu exclusivo critério, mediante aviso aos Debenturistas, por meio de publicação realizada nos termos da Cláusula 6.24, ou em comunicação individual a cada Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, bem como comunicação ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à B3 e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da respectiva data do evento (“Data do Resgate Antecipado Facultativo” e “Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo”, respectivamente), promover o resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, ficando vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, com o consequente cancelamento das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série objeto do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo”), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, objeto do Resgate Antecipado Facultativo acrescido da Remuneração da 1ª Série e/ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”) e de prêmio incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula abaixo descrita:

$$P = [(1 + i)^{\frac{DU}{252}} - 1] \times Vne$$



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

onde:

P = Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento;

$i = 0,45\%$

DU = número de Dias Úteis a transcorrer entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) e a Data de Vencimento da 1ª Série ou a Data de Vencimento da 2ª Série, conforme aplicável (exclusive);

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável, objeto do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo.

6.17.1.1. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (i) a(s) série(s) que será(ão) objeto do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.17.1.2. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela B3, sendo que caso as Debêntures estejam custodiadas fora do âmbito da B3, o Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais previstos pelo Escrirador.

6.17.1.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

6.17.1.4. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures poderá ocorrer a exclusivo critério da Emissora, observados os procedimentos previstos nesta Cláusula 6.17 (“Data do Resgate Antecipado Facultativo”).

6.17.2. Na hipótese prevista na Cláusula 4.1.1 (ii) acima, a Emissora deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, promover o resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, observado o prazo e o procedimento de comunicação assinalado na Cláusula 6.17.1, e os demais procedimentos descritos nas Cláusulas 6.17.1.1, 6.17.1.2, 6.17.1.3 e 6.17.1.4 ficando vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures objeto do resgate (“Resgate Antecipado Obrigatório”), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme aplicável, e do Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, para as Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório acrescido da Remuneração da 1ª Série e da Remuneração da 2ª Série, conforme aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, sem a incidência de qualquer prêmio (“Valor do Resgate Antecipado Obrigatório”).

6.18. *Amortização Extraordinária.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a partir do 24º mês (inclusive), contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de fevereiro de 2020, inclusive, a seu exclusivo critério, mediante aviso aos Debenturistas, por meio de publicação realizada nos termos da Cláusula 6.24, ou em comunicação individual a cada Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, bem como comunicação ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à B3 e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da respectiva data do evento (“Data da Amortização Extraordinária” e “Comunicação de Amortização Extraordinária”, respectivamente), promover amortizações extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, (“Amortização



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Extraordinária”), limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescida da Remuneração da 1ª Série e/ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data da Amortização Extraordinária (“Valor da Amortização Extraordinária”) e de prêmio incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária, calculado conforme fórmula abaixo:

$$P = [(1 + i)^{\frac{DU}{252}} - 1] \times Vne$$

onde:

P = Prêmio de Amortização Extraordinária, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento;

i = 0,45%

DU = número de Dias Úteis a transcorrer entre a Data da Amortização Extraordinária (inclusive) e a Data de Vencimento da 1ª Série ou a Data de Vencimento da 2ª Série, conforme aplicável (exclusive);

Vne = a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, objeto da Amortização Extraordinária, acrescida da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária.

6.18.1. Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar: (i) a(s) série(s) que será(ão) objeto da Amortização Extraordinária; (ii) a Data da Amortização Extraordinária; (iii) o percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme aplicável do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

da 2ª Série, conforme o caso, para as Debêntures objeto da Amortização Extraordinária; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

6.18.2. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na Data da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, sendo que caso as Debêntures estejam custodiadas fora do âmbito da B3, a Amortização Extraordinária deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais previstos pelo Escriturador.

6.19. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

6.20. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- 6.21. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.22. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da B3, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3 ou, ainda, por meio do Escriurador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
- 6.23. *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.23.1, 6.23.2, 6.23.3 e 6.23.4 abaixo, poderão ser consideradas vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.23.4 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Vencimento Antecipado”):
- I. inadimplemento, por parte da Emissora, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures, desde que não sanado no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar da data do respectivo inadimplemento.
 - II. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo específico para saneamento de tal obrigação, ou, na inexistência de prazo específico, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do inadimplemento.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- III. descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
- IV. não pagamento de dívidas e/ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, ressalvadas aquelas descritas no item I acima, e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”) desde a Data de Emissão, e que não seja regularizada(o) no prazo previsto no respectivo instrumento contratual, ou na ausência de prazo específico para tanto, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data em que a Emissora ou qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, conforme aplicável, seja notificada pelos respectivos credores;
- V. existência de qualquer (a) decisão ou sentença judicial ou administrativa transitada em julgado ou; (b) sentença definitiva, ou decisão arbitral definitiva; ou (c) decisão ou sentença judicial em segunda instância, que não tenha seus efeitos suspensos e/ou cujo juízo não tenha sido garantido pela Emissora, condenando ou determinando, em ambos os casos, pagamento, pela Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, e que não seja regularizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação para cumprimento da decisão ou sentença judicial ou administrativa transitada em julgado, ou da decisão ou sentença judicial em segunda instância, que não tenha seus efeitos suspensos e/ou cujo juízo não tenha sido garantido pela Emissora, conforme o caso;
- VI. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou qualquer



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, conforme aplicável, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente, pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão;

- VII. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, conforme aplicável, seja responsável, ainda que na condição de garantidora, e cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, salvo se, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (ii) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- VIII. dissolução, liquidação ou extinção da Emissora, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou por qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, independente do deferimento do pedido; deferimento de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial; pedido de autofalência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido no prazo legal; decretação de falência e/ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora.
- IX. dissolução, extinção e/ou liquidação de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora (observado o disposto no item X a seguir), sem aprovação prévia por Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada para esse fim;
- X. exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

(conforme definida abaixo) convocada para esse fim, a realização de: (i) cisão da Emissora, (ii) fusão da Emissora com outra sociedade; (iii) incorporação da Emissora em ou incorporação de ações da Emissora por outra sociedade; e/ou (iv) incorporação ou incorporação de ações, pela Emissora, de qualquer sociedade por ela controlada, desde que resulte na alteração do controle, direto ou indireto, da Emissora;

- XI. quaisquer mudanças de controle societário, direto e/ou indireto, da Emissora;
- XII. cessão, promessa de cessão, transferência ou promessa de transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada para esse fim;
- XIII. declaração e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos (excluído o dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações), juros sobre capital próprio (“JCP”), resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas, (i) no caso em que considerando-se tal pagamento, *pro forma* como se houvesse sido feito na data da verificação anterior dos Índices Financeiros estabelecidos no item XX abaixo, não serem observados os Índices Financeiros exigidos em tal data de verificação anterior, ou (ii) caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão ou esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado;
- XIV. alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora e/ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora de ativos permanentes cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, exceto por vendas ou alienações fiduciárias de veículos, bem como cessões fiduciárias de direitos, realizadas no curso ordinário dos negócios, em condições de mercado e em conformidade com as práticas passadas da Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora.

XV. constituição de ônus ou gravames sobre ativos da Emissora e/ou qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, exceto pelos ônus que venham a ser constituídos no âmbito da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), bem como cessões fiduciárias de direitos e alienações fiduciárias de veículos permitidas nos termos do item XIV acima.

XVI. ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou possam afetar de maneira adversa o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante (conforme definida abaixo), desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação pela Emissora, aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a respeito de tal evento ou situação. Para os fins desta Escritura de Emissão, o termo “Mudança Adversa Relevante” significa: (a) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), no negócio, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado e/ou (c) uma vez constituída a Fiança (conforme definida abaixo) e/ou a Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo), qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), no negócio, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Unidas. e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, que



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Unidas de cumprir suas obrigações decorrentes da Fiança (conforme definida abaixo), desta Escritura de Emissão e da Cessão Fiduciária, conforme aplicável;

- XVII. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora, qual seja, locação de veículos;
- XVIII. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIX. redução do capital social da Emissora (em sua expressão monetária) e/ou recompra, pela Emissora, de suas próprias ações para seu posterior cancelamento, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- XX. não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados trimestralmente pela Emissora com relação às demonstrações financeiras padronizadas anuais da Emissora (“DFP”), ou demonstrações financeiras trimestrais da Emissora (“ITR”), conforme o caso, em bases consolidadas e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme o caso, a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2018 (inclusive) (“Índices Financeiros”):
- 1) o quociente da divisão da Dívida Líquida quando do encerramento de cada trimestre pelo EBITDA dos últimos 12 (doze) meses não poderá ser superior a 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos);
 - 2) o quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, ambas referentes aos últimos 12 (doze) meses, não poderá ser inferior a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos);



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFARIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- 3) o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido, ambos referentes ao encerramento do trimestre, não poderá ser superior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos);
- 4) o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo Valor Contábil da Frota, ambos referentes ao encerramento do trimestre, não poderá ser superior a 80,0% (oitenta por cento); e
- 5) O quociente da divisão do Caixa pelo Serviço da Dívida de Curto Prazo, ambos referentes ao encerramento do trimestre, não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) até 31 dezembro de 2018 (inclusive), 80% (oitenta por cento) até 31 dezembro 2019 (inclusive) e 120% (cento e vinte por cento) até a Data de Vencimento, sendo que, caso cumprido este Índice Financeiro durante 2 (dois) exercícios consecutivos, o mesmo deixará de ser exigido.

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se:

- (a) “EBITDA” o somatório apurado em um determinado período de 12 (doze) meses: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias (não deverão ser consideradas, para os fins de apuração do lucro/prejuízo, as despesas meramente contábeis, sem efeito no caixa, relativas aos planos de opção de compra de ações da Emissora), (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período. Caso a Emissora venha a adquirir ou de outra forma incorporar sociedade que passe a ser consolidada em suas demonstrações financeiras, o EBITDA da Emissora será ajustado e calculado *pro forma*, considerando o EBITDA da referida sociedade, calculado na forma prevista neste item, para o período de 12 (doze) meses em questão;
- (b) “Dívida Bruta” o somatório das dívidas consolidadas junto a fundos de investimento, pessoas físicas e jurídicas, inclusive dívidas contraídas nos



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFICA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

mercados financeiro e de capitais locais e internacionais, derivativos, empréstimos e financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, além de avais, fianças e outras garantias reais e fidejussórias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, incluindo valores referentes a ações preferenciais resgatáveis e valores a pagar, líquido do saldo a receber, decorrentes de contratos de *hedge* ou outros derivativos, sendo certo que: (i) não serão consideradas no cálculo de Dívida Bruta quaisquer das operações descritas no item “2.1 Operações de forfait” constante do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018; e (ii) sem prejuízo do disposto no item XIII acima e de outras disposições desta Escritura de Emissão, caso quaisquer das dívidas referidas neste item (B), tenham como garantia, no todo ou em parte, recursos aplicados (a) em fundos de investimento de renda fixa; (b) em certificados de depósito bancário, com liquidez diária; somente serão considerados como “Dívida Bruta” os respectivos saldos líquidos, isto é, os valores de cada respectiva dívida que não estejam garantidos por cessão fiduciária de aplicações. Sem prejuízo do disposto no item XIII acima e de outras disposições desta Escritura de Emissão, na hipótese de uma determinada dívida ter como garantia fiduciária aplicação(ões) em valor superior ao da própria dívida, o saldo líquido dessa dívida, para cálculo da Dívida Bruta, será considerado zero;

- (c) “Caixa” saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, deduzido de quaisquer saldos em caixa ou aplicações financeiras que estejam onerados ou segregados em favor de terceiros (“Caixa Onerado”);
- (d) “Dívida Líquida” Dívida Bruta deduzido do Caixa;
- (e) “Despesa Financeira Líquida” (i) o somatório das despesas de juros, dividendos preferenciais, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a IOF descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, sendo certo que as receitas de aplicações financeiras vinculadas ao Caixa Onerado não serão consideradas neste item “(ii)”. Caso a Emissora venha a adquirir ou de outra forma incorporar sociedade que passe a ser consolidada em suas demonstrações financeiras, a Despesa Financeira Líquida da Emissora será ajustada e calculada proforma, considerando a Despesa Financeira Líquida da referida sociedade, calculada na forma prevista neste item, para o período de 12 (doze) meses em questão;

- (f) “Patrimônio Líquido” o patrimônio líquido contábil, deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis;
- (g) “Valor Contábil da Frota” o valor contábil do total de veículos de propriedade da Emissora e de suas controladas e coligadas consolidadas em suas demonstrações financeiras (“Sociedades Consolidadas”) (devendo ser considerado nesse valor contábil, o valor total de veículos (i) objeto de arrendamento/leasing da Emissora e das Sociedades Consolidadas e (ii) alienados fiduciariamente em garantia de dívidas da Emissora e das Sociedades Consolidadas.
- (h) “Serviço da Dívida de Curto Prazo” a Dívida Bruta vincenda nos próximos 12 meses;

XXI. a constatação, a qualquer momento, de qualquer falsidade quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

XXII. a constatação, a qualquer momento, de qualquer imprecisão ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora nesta Escritura de Emissão, sem que o evento que deu causa a tal declaração ou garantia seja devidamente sanado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pela Emissora de notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou do recebimento pelo Agente Fiduciário de notificação da Emissora nesse sentido, o que ocorrer primeiro, sendo certo que, ainda que sanadas, caso tais declarações ou



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

garantias tenham causado prejuízo aos Debenturistas, a Emissora deverá indenizá-los, nos termos da Cláusula 11.3, abaixo;

- XXIII. na hipótese de a Emissora, suas coligadas e/ou suas controladas, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar a Escritura de Emissão ou de qualquer outro contrato relativo às Debêntures, já celebrado ou que venha a ser celebrado;
- XXIV. decisão judicial, ainda que liminar, proferida em processo judicial movido por qualquer pessoa não mencionada no inciso XXIII acima, desta Escritura de Emissão, que torne nula, revise as condições, cancele, ou repudie a Escritura de Emissão ou de qualquer outro contrato relativo às Debêntures, já celebrado ou que venha a ser celebrado, desde que referida decisão não seja revertida, ou tenha sua eficácia suspendida, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que a Emissora for intimada de referida decisão;
- XXV. na hipótese de cancelamento de listagem das ações da Emissora na B3;
- XXVI. exclusivamente em relação à Emissora, a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das suas atividades;
- XXVII. existência de violação comprovada por meio de decisão ou sentença judicial, mesmo que em primeira instância, ou de indício de violação apurada por meio de instauração de inquérito ou outro tipo de investigação governamental de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento a que esteja submetida, da prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei 12.846/13") e o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado ("Decreto 8.420/15") e, em conjunto com a Lei 12.846/13, "Leis Anticorrupção") pela Emissora e por sua controlada;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFARIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- XXVIII. rebaixamento do *rating* da Emissão concedido pela Fitch Ratings, ou por outra agência de risco que venha a substituí-la, em 2 (duas) ou mais notas na classificação de risco, em escala nacional, em relação ao *rating* vigente na Data de Emissão;
- XXIX. não realização do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 6.17.2, no prazo de 30 (trinta) dias após o prazo limite para o Fechamento da Operação Unidas;
- XXX. não constituição da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo), no prazo e nas condições previstas na Cláusula 8.3 desta Escritura de Emissão;
- XXXI. não formalização da Fiança (conforme definida abaixo), no prazo e nas condições previstas na Cláusula 7.1, XXXI, desta Escritura de Emissão;
- XXXII. uma vez constituída a Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo), a ocorrência de um descumprimento, pela parte cedente dos direitos creditórios, no âmbito do contrato de Cessão Fiduciária; e
- XXXIII. sem prejuízo do disposto no item XIII acima, a distribuição, pela Emissora, de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que: (i) o pagamento, pela Emissora de JCP aos seus acionistas não estará sujeita a este limite, (ii) caso a Emissora realize o pagamento de JCP em valor inferior ao limite dos dividendos mínimos obrigatórios, a Emissora poderá realizar a distribuição de dividendos, em complemento ao valor pago de JCP, até atingir o valor dos dividendos mínimos obrigatórios; e (iii) caso o valor pago a título de JCP seja igual ou superior aos dividendos mínimos obrigatórios, a Emissora não poderá realizar a distribuição de dividendos adicionais.

6.23.1. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nos incisos (I), (III), (VIII), (IX), (X), (XI), (XII), XVII,



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

(XVIII), (XIX), (XXI), (XXIX), (XXX) e (XXXI) da Cláusula 6.23 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures ocorrerá automaticamente, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos da Cláusula 6.23 acima, que não listados no item “(i)” acima, será, nos termos da Cláusula 6.23.2 abaixo, a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, caso a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.23.2 abaixo não delibere pelo não vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 6.23.2 abaixo, sendo que os Encargos Moratórios somente incidirão a partir da data da referida Assembleia Geral de Debenturistas. O Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora o vencimento antecipado das Debêntures no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas aqui referida, exceto se a Emissora estiver presente na Assembleia Geral de Debenturistas, caso no qual será considerada devidamente notificada.

6.23.2. Observado o disposto no item “(ii)” da Cláusula 6.23.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) dias úteis contados da data de sua ciência, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures por Debenturistas titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

6.23.3. Em caso de ausência de quórum de instalação e deliberação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6.23.4. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 6.23.2 e 6.23.3 acima, a Emissora se obriga a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, fora do âmbito da B3, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto na Cláusula 6.23, inciso I, caso em que os Encargos Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). A B3 deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário imediatamente após a declaração do vencimento antecipado e conforme o Manual de Operações da B3.

6.23.5. As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.23.4 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6.23.6. Para os fins da Cláusula 6.23, a conclusão da Operação Unidas não resultará na ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado.

6.24. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados, conforme o caso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal “Valor Econômico”, na forma do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações ou sob a forma de “Aviso aos Debenturistas”, “Comunicado ao Mercado” ou “Fato Relevante” na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Emissora, conforme vigente. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

6.25. *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

endereços:

I. para a Emissora:

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Avenida Raja Gabaglia, 1781, 13º andar, Luxemburgo

CEP 30.380-403

Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Marco Túlio Carvalho de Oliveira

Telefone: +55 (31) 3319-1170

Correio Eletrônico: tesouraria@locamerica.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra
da Tijuca

CEP 22640-102

Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr.
Marco Aurélio Ferreira

Telefone: +55 (21) 3385-4565

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

III. para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi

CEP: 04.538-132

São Paulo, SP

At.: Luiz Petito

Telefone: +55 (11) 2740-2596



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Correio Eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

IV. para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal

CEP: 04.344-902

São Paulo, SP

At.: Luiz Petito

Telefone: +55 (11) 2740-2596

Correio Eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

V. para a B3:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – SEGMENTO CETIP UTM

Praça Antonio Prado, nº 48, 2º andar, Centro

CEP: 01010-901

São Paulo, SP

At.: Superintendência de Ofertas de Valores Mobiliários de Renda Fixa

Telefone: +55 0300-111-1596

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@b3.com.br

6.25.1. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone.

6.25.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

contados da sua ocorrência.

6.25.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.25.2 acima serão arcados pela parte inadimplente.

6.26. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento não coincidir com dia útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

6.27. *Imunidade dos Debenturistas.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora está obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercício social, juntamente com as DFP, declaração do Diretor Financeiro ou do Diretor Presidente da Emissora atestando: 1) o cumprimento ou

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA DÉCIMA
QUINTA EMISSÃO DA COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, especialmente com relação aos Índices Financeiros acompanhada de relatório de apuração dos Índices Financeiros, contendo a memória de cálculo e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros contemplados na Cláusula 6.23, item XX, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e, em caso de não cumprimento, o motivo do descumprimento; 2) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (3) a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; e (4) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;

- (b) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados de cada trimestre, exceto pelo último trimestre do exercício social, relatório de apuração dos Índices Financeiros contendo a memória de cálculo e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para o acompanhamento do cálculo dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo esse solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que esse possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (d) dentro de 3 (três) dias úteis contados da data da solicitação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.25 acima;
- (e) “Avisos aos Debenturistas”, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do

8
9